

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**“CALMA QUE DÁ TEMPO”: MULHERES E O COTIDIANO DA
VISITA NO COMPLEXO DO GERICINÓ**

BEATRIZ CORRÊA DOS SANTOS

2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**“CALMA QUE DÁ TEMPO”: MULHERES E O COTIDIANO DA
VISITA NO COMPLEXO DO GERICINÓ**

BEATRIZ CORRÊA DOS SANTOS

Sob a orientação da professora
Carly Barboza Machado

e Co-orientação da professora
Laryssa Owsiany Ferreira

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre**
em Ciências Sociais, no
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
março de 2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237? Santos, Beatriz Corrêa dos, 1998-
"Calma que dá tempo": mulheres e o cotidiano da
visita no Complexo de Gericinó. / Beatriz Corrêa dos
Santos. - Rio de Janeiro, 2026.
94 f.

Orientadora: Carly Barboza Machado.
Coorientadora: Laryssa Owsiany Ferreira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais, 2026.

1. prisão. 2. cuidado. 3. mulheres. I. Machado,
Carly Barboza , 1975-, orient. II. Ferreira, Laryssa
Owsiany, 1994-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais. IV. Título.



UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BEATRIZ CORRÊA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 07/04/2026

Carly Barboza Machado. Dra. UFRRJ
(Orientadora)

Nalayne Pinto. Dra. Dra. UFRRJ

Natália Lago. Dra. UNIRIO

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

SANTOS, Beatriz Corrêa dos. **“Calma que dá tempo”: mulheres e o cotidiano da visita no Complexo do Gericinó**. 2026. 94p. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

Este trabalho analisa as práticas de cuidado e as dinâmicas de circulação produzidas por mulheres que visitam homens encarcerados no Complexo Penitenciário de Gericinó, na zona oeste do Rio de Janeiro. A partir de uma etnografia realizada no entorno territorial que circunda a prisão, a pesquisa acompanha os deslocamentos, esperas e interações que antecedem o momento da visita, observando como esposas, mães e outras familiares organizam rotinas e recursos em função das exigências institucionais. O trabalho foi desenvolvido por meio de conversas e acompanhamento das práticas que estruturam o dia da visita, como o preparo de alimentos, a organização das bolsas e a circulação por pensões, mercearias e transportes locais. A análise demonstra que a prisão não se limita ao interior de seus muros, mas produz um campo ampliado de relações que envolve famílias, comerciantes e territórios periféricos.

Palavras-chave: prisão; cuidado; mulheres.

Abstract

SANTOS, Beatriz Corrêa dos. **“There’s Still Time”: Women and the Everyday Practice of Prison Visits at the Gericinó Prison Complex.** 2026. 94p. Dissertation. (Master in Social Sciences) Institute of Humanities and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

This dissertation examines the practices of care and the dynamics of circulation produced by women who visit incarcerated men in the Gericinó Penitentiary Complex, located in the western zone of Rio de Janeiro. Based on an ethnography conducted in the territorial surroundings of the prison, the research follows the movements, waiting times, and interactions that precede the moment of the visit, observing how wives, mothers, and other relatives organize routines and resources in response to institutional requirements. The study was developed through conversations and the close observation of practices that structure the visiting day, such as the preparation of food, the organization of bags, and circulation through boarding houses, small grocery stores, and local transportation networks. The analysis demonstrates that the prison is not limited to the interior of its walls; rather, it produces an expanded field of relations that involves families, local commerce, and peripheral territories.

Keywords: prison; care; women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I — FAZER MORRER	19
1.1 Encarceramento	25
1.2 O Cárcere E Suas Condições De Vida.....	29
1.3 Complexo do Gericinó: Contextualizando o Campo	33
1.4 Fluxos e porosidades: Criminalização e cuidado na gestão das vidas	37
CAPÍTULO II — A ESPERA NA RUA.....	44
2.1 Fluxos penitenciários	51
2.2 O Trabalho do cuidado	57
2.3 As mulheres não abandonam	60
CAPÍTULO III — A ECONOMIA MORAL DA VISITA	66
3.1 A prisão cria comércio	75
3.2 Mulheres estressadas.....	79
3.3 O tempo do Cuidado e as mulheres nervosas	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

Meu interesse pela relação das mulheres com a temática prisional pela via do parentesco e da conjugalidade tem uma relação indireta com minha pesquisa de monografia. No meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Entre gritos e sussurros: silêncio e violência no candomblé do subúrbio carioca”, desenvolvi um trabalho que discute situações de violência de gênero partindo dos vínculos hierárquicos em terreiros de Candomblé no Rio de Janeiro, religião da qual sou praticante desde criança. Para além da pesquisa realizada durante a graduação, sempre tive relações próximas a esse campo, e este aspecto da minha formação como pesquisadora me trouxe muitos conflitos pessoais. Decidi então me distanciar do campo de estudos da religião e buscar outros ângulos através dos quais pudesse

manter minhas preferências de pesquisa em torno das temáticas de gênero, violência e conflitos.

No último capítulo dessa monografia conto a história de uma ekedi que era esposa de um traficante. Além dela, outras figuras do campo também tinham relações com o mundo do crime. Algumas mulheres dos terreiros onde pesquisei também intercambiavam entre as fronteiras de práticas criminais diversas. Essa história em específico, na época, era motivadora de várias questões sobre as quais me interessei até hoje. Tendo religião e violência como interesses que se mesclavam na dinâmica das relações conflituosas, minhas indagações sobre essas mulheres dos terreiros na época já traziam em seu cerne uma pergunta que me é central também no presente trabalho: qual a motivação do alinhamento dessas mulheres com práticas criminais?

Ao ingressar no mestrado, estava intrigada com a atenção que as mulheres de preso vinham alcançando na internet. O meu interesse pela temática se consolidou a partir do meu uso pessoal das redes sociais, durante o qual pude conhecer um pouco dessa dinâmica das mulheres em suas jornadas para visitar seus cônjuges.

Na minha aproximação deste campo, assistia continuamente o que era postado. Mulheres de homens encarcerados estavam começando a ficar famosas com a hashtag #MulherDePreso, pelo fato de visitarem seus companheiros na cadeia e compartilharem suas rotinas. Isso fazia delas influenciadoras digitais, ou seja, alguém que alcança certa audiência a partir da produção de qualquer conteúdo em plataformas virtuais. Algumas pessoas fazem disso um trabalho, alcançando diferentes meios de sobrevivência a partir dessa fama.

A tela do meu celular me levou às mulheres de presos, e esse percurso me ensinou que elas compartilhavam, prioritariamente, conteúdos sobre suas vidas cotidianas na caminhada de aguardar a liberdade do namorado chegar. Minha pretensão inicial em desenvolver a pesquisa do mestrado era analisar motivações e expectativas sobre o que estava sendo exposto de suas vidas na rede social TikTok.

O *TikTok* é uma plataforma de vídeos em formato de rede social, é atualmente a rede que mais cresce no mundo inteiro, transformando as maneiras de se produzir e consumir conteúdo. Diferentemente de outras redes sociais, o algoritmo desta plataforma costuma dar visibilidade a usuários ainda pouco visualizados, e isso faz

com que qualquer pessoa possa alcançar muitos seguidores. Nele as tendências mudam com muita rapidez, tornando alguns conteúdos popularizados em questão de poucas horas após a postagem e, por isso, produzindo uma visibilidade ao usuário produtor de vídeos aceleradamente. Por isso, é uma plataforma com bastante relevância na era digital. Esse aplicativo fornece diversas ferramentas de produção de vídeos de forma facilitada sem que o usuário encontre dificuldades técnicas e permitindo uma edição simplificada.

Ele se consolida como uma rede social de produção e visualização de vídeos de curta duração, que coloca o espectador numa dinâmica rápida de audiência sobre as tendências do momento. Foi o aplicativo mais baixado nos celulares em 2020, ano pandêmico de isolamento social, se transformando na rede que maior cresceu nos últimos tempos. Através do feed do aplicativo “for you” o aplicativo aciona uma análise de dados e inteligência artificial para descoberta das preferências de conteúdo do usuário, favorecendo o pesquisador em campo, mostrando cada vez mais de forma mais intensa, as produções sobre a temática de interesse. Colocando os algoritmos em função do comportamento do usuário.

Como é uma rede social com uma facilidade maior de ser visualizada e adquirir seguidores, virou um grande alvo de produtores de conteúdos digitais por conta de sua monetização. Diferentemente do modelo tradicional de mulheres influenciadoras nas redes sociais, as “cunhadas”¹. Essas mulheres se chamam de “cunhadas”, a partir de uma referência à ideia de que, se os homens presos se entendem como “irmãos”, elas se tornam “cunhadas” e formam assim uma rede de apoio. Elas repercutem na rede social do *TikTok* enquanto esposas, namoradas e mulheres de homens presos, produzindo vídeos que descrevem sua rotina frente à espera pela liberdade de seus cônjuges, e relatando diariamente a vida social produzida a partir do encarceramento.

As “cunhadas” descrevem a história do casal, as preparações dos dias de visita, montagem dos kits de alimentos e itens básicos, tiram as dúvidas frequentes de outras cunhadas, relatam episódios de discriminação e mostram os passeios durante as saídas do marido, benefício do preso onde ele tem o direito a um período em regime

¹ “Cunhadas”: na lógica de parentesco de algumas facções como o PCC, em São Paulo, tratam seus integrantes como “irmãos” (Feltran, 2018). Logo, as esposas dos “irmãos” se consideram “cunhadas”.

aberto ou semiaberto. Em reportagem à Folha de São Paulo (2022), três cunhadas foram entrevistadas e relataram o alcance da popularidade na rede social devido à curiosidade das pessoas sobre suas vidas, e como também costumam ser reconhecidas pelos agentes de segurança. Por isso, os números que demonstram a visibilidade dos perfis impressionam: uma cunhada chega a quase dois milhões de visualizações e noventa mil seguidores.

Toda a teoria do cuidado feminino se agrava com o caso dos homens presos. Na penitenciária, os insumos ofertados pelo Estado são escassos, comida, roupas e higiene básica. E por isso são as mulheres que se atribuem desta responsabilidade. A partir do momento que o marido se encontra preso, a mulher sente-se no dever moral de estar ao seu lado, pois algumas já estavam com ele no momento de usufruir os bens alcançados através do crime cometido. A vida da mulher se molda para as motivações de cuidar do homem semanalmente, ou quinzenalmente, como for possível, o visitando na penitenciária, arrumada e com presentes que o agradem. Mas para conseguir visitá-lo a mulher precisa se moldar às regras do sistema prisional.

A partir do uso dessa categoria para se referir a ser “mulher de preso”, se constrói o estereótipo e os códigos de quem está acostumada a visitar as penitenciárias. Inicialmente, quando o marido é preso, é provável não se ter conhecimento sobre as normas prisionais. Então a “cunhada” vai se adentrar ao universo nas filas das visitas. Já quando começa a se relacionar com o homem em situação prisional, há uma rede de contatos que levou a mulher a ir conhecer o homem na cadeia.

A nova organização da vida desta mulher vai levá-la a se preparar para as visitas, juntar dinheiro, comprar e preparar a comida, redigir as cartas, se arrumar e ficar bonita para o amado. Além do tempo e disposição investidos para, em alguns casos, viajar até outra cidade para a visita, para organizar e agendar esse deslocamento, é preciso providenciar as passagens e alugar uma pensão para se hospedar. O encontro com outras mulheres começa nas viagens e no preparo para a ida ao presídio, no trajeto podem ocorrer paradas da polícia, pois se considera que uma mulher de preso pode ter associações com o crime ou possa transportar objetos ilícitos.

Esse trabalho tinha em vista a rede social do *TikTok* como uma possibilidade método-etnográfica para a dissertação. O debate acerca das questões metodológicas da etnografia tomou maior proporção durante a pandemia da COVID-19. O isolamento social foi a medida sanitária essencial para o enfrentamento e combate à doença, com isso a partir do ano de 2020, data a qual foi decretada a situação emergencial de saúde no mundo pela Organização Mundial de Saúde. Muitos pesquisadores e antropólogos lidaram com desafios metodológicos de seus trabalhos, sejam eles suas monografias, dissertações e artigos científicos.

Ao mesmo tempo, em que o isolamento social havia sido decretado, o uso das mídias sociais estava se intensificando em tentativa de substituição ao modelo presenciais das atividades da vida cotidiana. As idas ao trabalho se tornaram dias em plataformas digitais trabalhando remotamente, as aulas barulhentas e tortuosas para o professor conseguir o silêncio viraram longas sessões no Google Meet e no Zoom, plataformas de reuniões. Já os antropólogos demoraram um pouco mais de tempo para pensar em adaptações de pesquisa de campo.

Em maio de 2020, o antropólogo Daniel Miller publicou em seu canal de vídeos da plataforma do YouTube, um arquivo intitulado “Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”, impulsionando consideravelmente a comunidade a dar continuidade em suas produções de outras formas possíveis naquela presente data. Certamente muitos pesquisadores já estariam dando progresso a seus trabalhos, porém esse foi um marco de uma referência da antropologia digital como Miller, se apresentar a uma plataforma para instruir pesquisadores mais novos.

Miller (2021) discorre a elaboração de novas perspectivas de pesquisa durante o isolamento, propondo o desenvolvimento etnográfico por interação online, ressaltando o engajamento diferente para cada grupo. E ainda volta a atenção para o cuidado com o declínio na sensibilidade ao lidar com os comportamentos virtuais, ainda que a comunicação seja modulada pelas plataformas. O autor levanta a viabilidade das análises de materiais online com base no senso de repetição no comportamento e interação das pessoas.

Segundo Deslandes e Coutinho (2020) , a pandemia da COVID-19 gerou impasses de pesquisa social, ao mesmo tempo que trouxe a viabilidade de explorar

novos recursos no campo da produção científica dos estudos sociais. Para eles, a pesquisa em ambientes digitais permite explorar diferentes formas de sociabilidades. A partir das medidas da OMS para combater a pandemia, o computador tomou um papel fundamental na gestão da vida cotidiana. Anteriormente as adaptações pandêmicas, os dispositivos móveis causaram uma grande revolução no contato com a internet, o barateamento dos equipamentos eletrônicos trouxe uma inserção de produtores iniciantes que se desenvolveram ao longo do avanço tecnológico. Esse processo levou o espectador a possibilidade de ser protagonista de sua vida, manipulando um espetáculo de si. Com a chegada das câmeras frontais nos celulares, começou-se a produzir um novo modo de estar e produzir a internet e seus conteúdos. Os usuários adquiriram a possibilidade de gravar a si, produzindo vídeos e fotos com maior autonomia, desse momento em diante a produção material virtual começou a ser mais ligada a intimidade cotidiana das pessoas, o que gerou maior visibilidade.

A apresentação do eu se apresenta aos outros, na intenção de ser amado e aplaudido, é potencializada pelas formas culturais de relações virtuais. Essa sociabilidade digital (Deslandes; Coutinho, 2020) trouxe impactos nos modelos de mercado, impulsionando uma geração de jovens a investir em carreiras virtuais de produtores de conteúdos, a considerar a megaexposição influenciada pela monetização capitalista dos materiais.

Assim como cada plataforma exige e oferta um uso diferente, com isso os comportamentos podem ser modelados pelas mídias digitais em sua gramática e expressão. Executar uma pesquisa via material online requer a compreensão das variações dos fluxos das interações de cada rede online, essa abordagem causa uma ressignificação de campo para rede. O pesquisador virtual deve saber lidar com a incerteza dos fatos, dependendo de quem faz a observação online pode ter diferentes interpretações.

Com os acessos virtuais, a produção de materialidade etnográfica pelo pesquisador é facilitada em certa medida, podendo-se criar um espaço na nuvem para armazenamento de dados, selecionando um acervo pessoal offline, pois na internet os arquivos podem se modificar de maneira acelerada. A adaptação etnográfica às questões sanitárias da pandemia da COVID-19 fez com que pesquisadores buscassem entender melhor o mundo digital.

Embora o *TikTok* tenha se apresentado inicialmente como um campo produtivo para compreender as narrativas, expectativas e rotinas das mulheres de presos, ao longo do desenvolvimento da pesquisa tornou-se evidente que a dimensão digital era um pouco limitada quanto a da materialidade do cuidado que essas mulheres produzem. As imagens, os relatos e as interações online apontavam insistentemente para práticas que se realizavam fora da tela: os deslocamentos longos, as filas, as esperas, os controles e os encontros na porta das unidades prisionais.

Foi a partir dessa constatação que a pesquisa passou a se deslocar também para o espaço físico da porta da prisão. Decidi, então, acompanhar presencialmente as dinâmicas que se organizam no entorno do Complexo Penitenciário de Gericinó, observando as filas de visita, as pensões, os trajetos e as interações entre mulheres que aguardam para entrar. Esse movimento foi importante no trabalho, já que permitiu articular o que é narrado e performado nas redes sociais com o que é vivido presencialmente, nos deslocamentos, nas esperas e nas práticas cotidianas de cuidado que sustentam a vida no cárcere.

Inicialmente, minha pretensão não era ir sozinha até o presídio: o que, como veremos adiante, acabou acontecendo. Meu objetivo era ter contato com alguma mulher que visitasse a prisão para que, partindo dessa relação, eu pudesse acompanhar uma ida à visita, que incluísse o deslocamento, o preparo e arrumação para a entrada na prisão e a espera na fila.

Até chegar nas ruas que circundam o Complexo Penitenciário, foco da etnografia deste trabalho, passei por diferentes espaços nesta pesquisa. O primeiro, já relatado, foi o das redes sociais das mulheres de preso. Depois, o *Whatsapp*. Inicialmente solicitei a alguns colegas e conhecidos, contato de advogados criminalistas, que talvez pudessem facilitar minha conexão com estas mulheres familiares de presos. Sob autorização destas mulheres, uma advogada me passou alguns contatos via *WhatsApp*: ao todo foram três mulheres.

Dentre as três interlocutoras com as quais consegui dialogar, me apresentei a elas me identificando como pesquisadora, e trocando informações básicas sobre a dinâmica de suas vidas. Nas semanas durante as quais busquei contato, obtive respostas pelo fim da noite, em áudios extensos que narravam o cansaço físico e

emocional tanto pela espera da liberdade do marido, quanto pelo funcionamento doméstico e a divisão disso com o trabalho. Então evitei a persistência com o envio de mensagens muito frequentes para saber sobre como andava a programação e o planejamento da visita ao marido.

Uma dessas mulheres me respondia ao longo dos dias, em um período espaçado: *“Estou trabalhando agora. Pode me chamar mais tarde?”*, *“Tive um probleminha com meu celular e estou também passando uns imprevistos com minha saúde, estou com zero de testosterona no sangue, isso causa depressão e não estou muito legal.”* *“Esse celular é emprestado de uma amiga da minha filha, o meu caiu na máquina de lavar roupa...”* *“Estou bem estressada, tentando resolver várias coisas, mas eu vou melhorar”*. Essa justificativa apresentada por uma das interlocutoras durante uma conversa telefônica, reflete a complexidade de suas rotinas e a sobrecarga física e mental que enfrentam. Isso resultou em dificuldades na comunicação comigo, possivelmente por eu ser uma pessoa indicada por um advogado, mas ainda desconhecida, e, sobretudo, devido à exaustão gerada por suas intensas dinâmicas familiares.

Com todas elas tive um diálogo bem parecido por meio de mensagens telefônicas. Duas dessas três mulheres residiam na região dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Rio das Ostras e Cabo Frio, e visitavam os maridos na penitenciária de Japeri, região da Baixada Fluminense. As três viajavam ao Rio de Janeiro quinzenalmente. A estadia durava somente a pernoite no *hostel* - nome utilizado pelas frequentadoras para identificar uma hospedagem próxima à penitenciária - e a volta para suas cidades era feita logo após a visita. Qualquer outra atividade fora da dinâmica da visita prisional prejudicava sua volta à rotina, devido ao longo tempo de viagem e ao cumprimento de suas atividades profissionais e familiares.

A distância entre os municípios enfrentada pelas mulheres é muito relevante pois implicam em um longo tempo de deslocamento, que somam muitas horas de viagem para chegar até a prisão. Essa gestão do tempo determina que seja praticadas organizações e logísticas específicas. Qualquer intercorrência afeta o planejamento cronometrado por conta dos horários da visita. Em média, o tempo de viagem até o

Rio de Janeiro partindo destes municípios, como Rio das Ostras e outras cidades da Região dos Lagos, é de três horas de viagem de ônibus intermunicipal.

Uma das mulheres, que residia em Barra Mansa especificamente, me contou que costumava vir ao Rio de Janeiro aos sábados, com reserva já feita no *hostel* em que se hospedava em frente à penitenciária de Japeri, onde passava a noite de sábado para domingo. Quando desembarcava na Rodoviária Novo Rio, embarcava na van fretada que, além dela, transportava outras mulheres familiares de presos até Japeri. Ao fim da tarde do domingo, saía diretamente para a Rodoviária, passando antes somente no guarda-volume em frente à prisão para pegar seus pertences, e retornava ao caminho de casa para retomada da rotina de trabalho.

Esses diálogos iniciais através de mensagens telefônicas foram bastante fragmentados em função do tempo de resposta e fluxo das conversas. Mantive esses contatos por cerca de um mês, em tentativas de encontros que fossem marcados na fila da visita do presídio onde o cônjuge da mulher estivesse preso. Duas delas não aceitaram que eu as encontrasse na fila da visita. A terceira sugeriu que eu fosse até a cidade dela em Barra Mansa: lá ela tinha um salão de beleza e disse poderíamos conversar uma tarde durante o trabalho. Pela distância e dificuldade do transporte público, não consegui me organizar logisticamente para ir até ela.

Tentar uma comunicação com essas mulheres via *WhatsApp* envolvia mandar mensagens e ser respondida em horários específicos. Pela manhã era melhor, mesmo que as respostas só viessem à noite, quando eu era respondida. A dinâmica domiciliar era a justificativa dentre os pedidos de desculpas por demorar a me responder em tempo mais ágil na perspectiva delas, em uma noção do tempo em que, para si, deveriam me responder. Aspectos como cansaço, adoecimento, e trabalho tomavam conta de áudios extensos que recebia nesse período. Me contavam da casa e tarefas domésticas sem fim, e a gestão familiar sobrecarregada tinha uma forte presença nas conversas.

A ausência masculina e paterna nessas famílias torna as mulheres o centro das decisões familiares, como me foi descrito por elas, no sentido de serem responsáveis pela economia da casa, a criação dos filhos e o acompanhamento jurídico do marido. Para a visita, a casa precisava ser deixada arrumada. No caso de mulheres com filhos,

eles eram instruídos a tomarem conta uns dos outros nesse tempo de ausência da mãe. Outros iam para a casa da avó, ou ficavam com o pai biológico, no caso de mulheres com filhos frutos de casamentos anteriores ao com o atual marido sentenciado.

Cansada de ver as mulheres pela tela e receber áudios exaustivos de ouvir, e dada a frustração de não conseguir me comunicar com as mulheres que me foram indicadas e encontradas por contatos, segui para um trabalho de campo na região do Complexo Penitenciário do Gericinó, escolhido devido à sua grande estrutura composta por vinte e cinco unidades prisionais.

Como observam Godoi, Araújo e Mallart (2022), o Complexo do Gericinó tem uma centralidade particular e complexa:

Praticamente a metade do sistema carcerário do estado do Rio de Janeiro se concentra no Complexo Prisional de Gericinó, diante da Vila Kennedy, em Bangu, zona oeste da capital. O Complexo se encontra atrás de um batalhão da Polícia Militar, entre uma reserva ambiental, um aterro sanitário e um campo de treinamento militar, abrigando 10 das 11 Penitenciárias fluminenses, 3 dos 7 Institutos Penais e 3 dos 4 Hospitais Penais do estado, constituindo-se como o território privilegiado para o cumprimento de penas e medidas de segurança. A cidade do Rio de Janeiro abriga outras 8 unidades: 1 Casa de Albergado, 1 Instituto de Perícias, 1 Patronato, 2 Institutos Penais e 3 Presídios. Portanto, 33 das 52 unidades se concentram na capital. A maior parte das unidades restantes localiza-se na região metropolitana: o município de Japeri (a 70 km da capital, 95.492 hab.) dispõe de 1 Cadeia Pública e 2 Presídios; Magé (50 km, 227.322 hab.) abriga 2 Cadeias Públicas e 1 Colônia Agrícola; São Gonçalo (25 km, 999.728 hab.) possui 2 Cadeias Públicas; (Godoi; Araújo; Mallart, 2022, p 597)

No Rio, a distância de Bangu também não evoca qualquer potencial terapêutico. A concentração de prisões no território converte elementos da paisagem metropolitana, como um aterro sanitário e uma reserva ambiental, em dispositivos de segurança, que, juntamente com o Exército e a Polícia Militar, reforçam as muralhas. O bairro distante já não se opõe ao centro da metrópole. Ao concentrar tantas prisões, é ele mesmo uma centralidade, um polo dinâmico que redesenha e desdobra o tecido metropolitano, articulando circuitos e constituindo-se como um potente conector urbano (Rui; Mallart, 2015). Nesses termos, ainda que motivados pela intenção de isolar, cada parque penitenciário, com sua figuração, gera uma particular experiência da cidade. (Godoi; Araújo; Mallart, 2022, p 609)

A etnografia realizada nas ruas do entorno Complexo de Gericinó nos dias de visita no foram cruciais para o trabalho que aqui se apresenta. Minha busca por interlocuções foi se estreitando até considerar o trabalho de campo a partir de uma ida à fila da prisão. Pois, ainda que em alguns casos, eu conhecesse pessoas que tinham parentes presos, essas relações não eram marcadas pela intimidade necessária para que eu pudesse abordar diretamente temas sensíveis como a prisão, o encarceramento e seus efeitos no cotidiano. Deparei-me, ainda, com as ambivalências das mulheres com as quais mantive diálogo ao longo da pesquisa, e isso impossibilitou nomear ou centrar essas mulheres em uma somente uma figura.

Nesta pesquisa, busco então investigar relações de cuidado que aparecem entre as mulheres de preso do Complexo do Gericinó, sejam eles seus parceiros ou filhos. Fiz então uma transferência da pesquisa iniciada em conversas pelo *Whatsapp* para uma etnografia na porta da prisão, o que possibilitou ampliar as perspectivas e acessar estas mulheres sem as edições ofertadas pelas plataformas das redes sociais. Isso aponta para uma complexidade da vida destas mulheres no que tange à entrada das visitas.

Coloco em destaque análises que surgem a partir desta etnografia. Combinadas a essas observações, trago o foco para a dimensão do tempo, e da agência das mulheres em dinâmicas exaustivas de cuidado que articulam simultaneamente crime, família e Estado.

Em todos os casos, foram atribuídos nomes fictícios para as pessoas com as quais tive alguma interlocução, sempre para preservar o anonimato e evitar a identificação em contextos sensíveis. Todas as pessoas mobilizadas ao longo da análise possuem igual centralidade enquanto interlocutoras da pesquisa, independentemente do grau de detalhamento de sua identificação no texto.

Ainda que nem todas as pessoas mencionadas ao longo do texto estejam identificadas por um nome, todas foram fundamentais para a compreensão das dinâmicas que estruturam as visitas e o cotidiano que atravessa a prisão e toda a sua região. Neste campo antropológico, cada interação, seja em encontros presenciais, seja por meio de aplicativos de mensagem ou redes sociais, compôs o processo de

produção da pesquisa. Este trabalho é, portanto, resultado da disponibilidade de mulheres e homens que compartilharam suas experiências, responderam mensagens, explicaram rotinas e, também, daqueles que optaram pelo silêncio.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa que articula revisão bibliográfica com trabalho etnográfico, combinando observação e presença em campo, conversas presenciais, trocas mediadas por aplicativos de mensagens, especialmente *WhatsApp*, e acompanhamento de conteúdos em redes sociais, como o *TikTok*. Essas diferentes mediações não são tomadas como equivalentes, mas como formas específicas de produção de narrativas e de circulação de experiências, que informam o modo como os acontecimentos são relatados e compreendidos. Ao explicitar essas camadas metodológicas desde a introdução, busco situar o leitor quanto às condições de produção do material empírico mobilizado ao longo da dissertação, evitando a suposição de uma presença direta e contínua em todos os eventos descritos.

Este trabalho está organizado em três capítulos, que se articulam a partir das relações entre Estado, prisão, morte e cuidado. No primeiro capítulo, traço um esboço das práticas estatais que compõem as políticas de gestão da morte no contexto do encarceramento, com especial atenção à vida de homens encarcerados.

Analiso como essas práticas produzem precarização, violência e morte, ao mesmo tempo em que geram efeitos que extrapolam os muros da prisão e incidem diretamente sobre familiares e territórios.

No segundo capítulo, trago o foco para o trabalho contínuo de cuidado realizado pelas mulheres: mães, esposas, namoradas, irmãs ou tias, que, diante da precariedade das condições prisionais, atuam na tentativa de preservação da vida desses homens até o cumprimento da pena. Exploro como esse cuidado se organiza por meio de visitas, circulação de comida, informações e afetos, constituindo uma forma de gestão cotidiana da sobrevivência no cárcere.

Por fim, no terceiro capítulo, proponho um exercício comparativo entre casa, prisão e periferias, analisando como as mulheres operam uma transposição material e simbólica da casa, situada, em geral, nas periferias para o interior da prisão. Argumento que essa circulação do cuidado revela continuidades entre esses espaços

e evidencia o papel central das mulheres na sustentação da vida em contextos marcados pela violência estatal e pela precarização das condições de existência.

CAPÍTULO I — FAZER MORRER

Neste primeiro capítulo, apresento o cenário mais amplo de violência e encarceramento no qual esta pesquisa se insere. Busco demonstrar como as políticas de segurança pública e o avanço do encarceramento em massa compõem um dispositivo de gestão estatal que opera por meio da produção e administração de precariedades. Ao evidenciar essas condições, o capítulo busca situar o cárcere como um espaço no qual a gestão da vida se dá através da precariedade, estabelecendo o contexto necessário para compreender as dinâmicas prisionais.

Dia 28 de outubro de 2025, ligo a televisão da sala só para ver a previsão do tempo enquanto trabalho sentada no sofá de casa. A televisão noticiava inicialmente 20 mortos e 81 presos em uma operação chamada “Megaoperação Contenção” nos Complexos da Penha e Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro². Quem vive nessa cidade e cresceu nela pode recordar de quando houve uma tentativa de

tomada do Morro do Alemão em 2010, e lembra bem da fatídica cena de traficantes fugindo pela mata³, uma cena que assisti quando criança e não fui à escola por três dias devido ao ocorrido.

Quinze anos depois da tentativa de tomada do Morro do Alemão, passei mais uma tarde em casa assistindo a uma reprodução daquela antiga operação, diferentemente das experiências de terror vividas na infância, nesta ocasião sua denúncia ocorreu por meio das redes sociais. Vídeos, cenas e áudios foram sendo

² A informação foi divulgada pela cobertura jornalística do portal G1. Ao longo do dia, os números da operação foram atualizados. Segundo o veículo, a chamada “Operação Contenção”, realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, resultou em 121 mortos e 113 presos, além do fechamento de vias em diferentes pontos do Grande Rio. Ver: *Megaoperação no Alemão e na Penha contra o CV tem 121 mortos e 113 presos; vias são fechadas em represália em todo o Grande Rio*. **G1**, Rio de Janeiro, 28 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/28/operacao-contencao-forcas-de-seguranca-tent-cumprir-mandados-de-prisao.ghtml>. Acesso em: **04 fev. 2026**.

³ Sobre a tentativa de tomada do Complexo do Alemão em 2010 e a fuga de traficantes pela Serra da Misericórdia, ver: *Vila Cruzeiro: Serra da Misericórdia foi palco de fuga de centenas de traficantes em 2010*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/05/vila-cruzeiro-serra-da-misericordia-foi-palco-de-fuga-de-centenas-de-trafficantes-em-2010.ghtml>. Acesso em: **04 fev. 2026**.

publicados continuamente. Um conhecido publicou no Instagram²: “A vida toda morando aqui, nunca houve tantos tiros”.

A televisão mostrava 20 mortos após uma operação fracassada de busca de um dos chefes do tráfico no Rio de Janeiro. A maioria das áreas da cidade, que se estendem da Zona Oeste até regiões da Zona Norte mais próximas ao centro, estavam paradas por conta disso: dezenas de ônibus incendiados, policiais atiravam em plena Linha Amarela, via expressa que cruza a cidade, todo o transporte público — ônibus, trens e metrô — interromperam suas operações, e nenhuma autoridade pública para explicar o que estava acontecendo. Lentamente era possível entender que a facção criminosa do Comando Vermelho, alvo dessa operação, estava retaliando o Estado

² A publicação foi realizada na plataforma Instagram, rede social digital amplamente utilizada para o compartilhamento de imagens, vídeos curtos e relatos em tempo real. O conteúdo citado foi publicado durante o curso da operação policial, integrando um fluxo contínuo de registros produzidos por moradores das áreas afetadas, que passaram a utilizar as redes sociais como forma de denúncia, informação e elaboração coletiva da experiência da violência.

pela intervenção, mostrando a capacidade do seu domínio sobre todo o território, especialmente nas regiões da Zona Oeste e da Zona Norte do Rio de Janeiro. Mais próximo ao meio-dia, a repórter anunciou na televisão, ao vivo, que o Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro, confirmou 61 mortos.

Minha irmã, que sai para trabalhar todos os dias às seis da manhã, ficou sem retornar para casa após o expediente que acabaria meio-dia. Comecei a buscar informações se o caminho que ela faz de volta para casa estava liberado, se havia tiroteios no trajeto. Enquanto isso, o chefe dela decidiu seguir a reunião com a equipe que aconteceu durante toda aquela manhã. Mandeí uma mensagem por WhatsApp para ela *“ta aonde? Fica aí, não vem agora... Almoçou? Funcionários estão todos aí? Não acho seguro você vir agora, mas também ninguém sabe até onde isso vai durar.”*. Ela responde *“Tô no trabalho, você tá onde? Vou ficar aqui, queria saber se você estava em casa. Que pesadelo, será que dá para eu ir agora?”*. Às quase cinco da tarde ela chega em casa falando *“Tô toda mijada, passei pela Linha Amarela.”*. Rimos e não falamos mais sobre o assunto.

Na quarta-feira, na manhã seguinte ao massacre, moradores passaram a se mobilizar na busca por seus familiares. Na região da Serra da Misericórdia, área verde que separa o Complexo do Alemão do Complexo da Penha e que havia se concentrado os confrontos entre policiais e traficantes, os corpos encontrados eram transportados em camionetes pelos próprios moradores. Não demorou para que a imagem de 60 corpos estirados em praça pública às seis da manhã na Penha, bairro da zona norte da cidade, começasse a circular. No fim do dia, os 61 mortos anunciados no dia anterior, somados aos 60 corpos expostos na praça, totalizaram 121 homens executados. Ao redor destas vítimas, uma maioria de mulheres ocupava os arredores destes corpos, um protagonismo forçado de luto e desespero.

Em 2025, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social (CERES-IESP), Instituto Fogo Cruzado (IFC) e o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) publicaram um estudo conjunto sobre os impactos das operações policiais na educação básica do Rio de Janeiro em um relatório chamado *“Educação Sob Cerco: As escolas do Grande Rio impactadas pela violência armada”*.

Em resumo, o estudo constatou que em 2022 mais 1.800 escolas se situavam sob atuação de grupos armados. Esse é um impacto que gera uma intervenção cíclica na rotina de quem vive nessa cidade, quando a escola não funciona em decorrência de conflitos armados, trabalhadores deixam de sair de casa ou até mesmo têm sua volta para casa inibida por questões de segurança e que também atormenta o preparo para o próximo dia de trabalho. Sem a escola, mães tentam reorganizar a rotina, sem rede de apoio ou qualquer outra alternativa, e acabam enfrentando a impossibilidade de ir trabalhar, o que gera impactos na geração de renda desta família a longo prazo. Viver sob território conflituoso cria nos moradores a sensação de incerteza, ferindo planejamento familiar e profissional, perda de dias de trabalho, redução salarial e até chegar ao desligamento da empresa. Mais diretamente, a violência compromete a estabilidade no emprego, que coloca essas pessoas em foco de desconfiança no ambiente de trabalho, onde essas pessoas são percebidas como indisciplinadas e descomprometidas.

Há mais de 30 anos, o Estado opera em uma lógica das políticas de segurança pública que ditam a circulação na cidade e produzem mortes e prisões arbitrárias que não surtem efeitos e nem evocam expectativas de redução dos índices de violência e melhoria na qualidade de vida das pessoas. O massacre na Penha e no Alemão deixou em evidência o propósito de morte acionado para lidar com as questões de violência.

A disputa de marginalização dos territórios dos quais descrevi advém do que a socióloga Márcia Leite (2014) apropria de “metáfora da guerra”, configurando uma sentença aos moradores e frequentadores das favelas do Rio de Janeiro que como oriundos desses territórios se associam ao crime organizado atuante nas localidades:

(...) a metáfora da guerra se constituiu, no Rio de Janeiro, como um dispositivo matriz de referência de discursos em torno da alteridade como ameaça (FRIDMAN, neste dossiê) e das modalidades de identificação dos moradores de favelas como assujeitados ao campo do crime violento por pertencimento às atividades ilegais do comércio de drogas ilícitas ou as orbitarem, fornecendo as justificações morais das políticas institucionais e das práticas dos agentes estatais que atualizam o próprio dispositivo de gestão da ordem pública nas favelas cariocas. Com efeito, no campo discursivo gravitando a metáfora da guerra, o crime violento prosperaria nas favelas porque a autoridade do Estado ainda não teria ali chegado, ou o teria de forma imperfeita, precária, provisória, sem se ancorar na imposição de sua ordem legal e nos processos dela decorrentes de regulação urbana, controle repressivo dos desviantes (os criminosos, sobretudo os traficantes de drogas) e disciplinamento dos demais – os moradores que, por isso mesmo, teriam laços mais fortes (de

parentesco, amizade, vizinhança, econômicos e políticos) com o mundo do crime. (...). (Leite, 2014, p. 629)

A partir desse discurso de que moradores seriam vítimas de territórios dominados pelas facções criminosas, o Estado passou a criar políticas frágeis de combate ao tráfico como as operações que propõem a retomada de território, visando manter uma conduta ainda alinhada com a concepção da guerra às drogas.

o Estado afirma uma incapacidade de os moradores “formular e priorizar suas reivindicações e gerirem seus conflitos sob o ‘império da lei’ e do ideal normativo da cidadania por sua submissão às muitas ilegalidades que teriam seu solo fértil nas favelas”. A fala de Beltrame condensa, a meu ver, uma orientação implícita aos comandantes das UPPs sobre o modo de gestão da vida nas favelas “pacificadas”, sintetizando o sentido da “pacificação”: ela não se restringe ao “recolhimento das armas”, mas se dirige aos moradores de favelas¹⁷. Não se trata apenas da abundância de carências e emergências, mas das escolhas corretas que só poderão ser feitas por aqueles que “tire[m] a favela de dentro de si”, como ouvi do comandante de UPP em meu campo em uma situação de conflito com os moradores a respeito de suas reivindicações ao Estado. Em diversas outras situações etnográficas, observando situações de conflito entre moradores e policiais a respeito de aspectos da sociabilidade da/na favela e/ou encaminhamentos das organizações de base a instituições estatais, pude constatar duas modalidades prevalecentes de atuação policial. A primeira, sobretudo nos casos em que seus interlocutores eram os moradores mais jovens, foi o recurso a dispositivos de controle social coercitivo para sufocar o conflito. A segunda foi o recurso a dispositivos e agenciamentos no campo da disciplinarização para que os moradores fizessem as “escolhas certas”, aquelas que – no juízo dos agentes estatais – viabilizassem práticas sociais e formas de sociabilidade integradas à cultura e às normas dominantes, civilizadas, enfim¹⁸. Nesse plano, lançam mão tanto de discursos, medidas administrativas, formas de organização e regulamentos extralocais, reordenação do espaço e da rotina das favelas (ver MESQUITA, neste dossiê) quanto de atividades culturais (cursos, oficinas, festas, bailes de debutantes, bailes funk “do bem”, isto é, que excluem os “proibições”, etc.), realizadas pelos próprios policiais (ver TEIXEIRA, também no dossiê) e/ou em parceria com ONGs e com caráter normalizador, como agenciamentos que valorizam e estimulam as formas de sociabilidade consideradas aceitáveis. (Leite, 2014, 635)

A chacina da Penha e do Alemão relatada anteriormente representa isso: estrategicamente o Estado lida com os moradores das regiões periféricas de modo a simular acionamentos de políticas redutoras do conflito, mas primeiro ele promove a conflagração a fim de obter legitimidade, para enfim conseguir articular dinâmicas pacificadoras em períodos pós-operações policiais.

No dia seguinte à chacina, foi realizada uma coletiva de imprensa com representantes da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro: o chefe da Polícia Civil, Felipe Curi; o secretário de Segurança Pública, Victor Santos; e o governador Cláudio Castro. Durante a entrevista, os discursos oficiais sustentaram que a ação teria sido resultado de um plano estratégico voltado ao cumprimento de mandado judicial contra um traficante identificado como chefe do Comando Vermelho, conhecido como Doca. Segundo as autoridades, a operação teria sido planejada para induzir os traficantes a se deslocarem para áreas mais elevadas da favela, sob o argumento de que esse movimento reduziria os riscos à vida da população civil, afastando o confronto armado das áreas mais densamente habitadas. Para que, assim, fossem reduzidos os possíveis perigos à vida da população.

Dentre os servidores da segurança pública que compunham a coletiva de imprensa realizada no dia 31 de outubro de 2025, sobre a chacina chamada Megaoperação Contenção, o secretário de polícia civil do Estado do Rio de Janeiro, Felipe Curi, declarou ao vivo na televisão:

Essa investigação resultou na expedição de cerca de 180 mandados de busca e apreensão e de cerca de 70 mandados de prisão. Além disso, nós tínhamos mais 30 mandados de prisão da Polícia Civil do Estado do Pará. Ou seja, eram cerca de 100 mandados de prisão e de 180 mandados de busca e apreensão. Todos os endereços que eram alvos da operação de ontem eram dados de inteligência e de investigação, dados em que nós tínhamos certeza absoluta com geolocalização de que seriam residências utilizadas pelos narcoterroristas que atuam na facção Comando Vermelho e nos complexos da Penha e do complexo do Alemão. Então, a operação foi exaustivamente planejada. Além de um ano de investigação e de trabalho de inteligência, nos últimos 60 dias, pelo menos, as equipes técnicas operacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar diariamente se reuniam tanto aqui na Polícia Civil quanto lá na Polícia Militar para ver a melhor forma de fazer essa operação e o cumprimento dessas ordens judiciais. Importante mencionar que o foco da nossa atividade e da nossa ação tática, em primeiro lugar, era tentar causar o menor efeito colateral, o menor dano, o menor transtorno para os moradores daquela comunidade. E aí optou-se por fazer uma manobra tática no sentido de tirar esses marginais das edificações e levá-los para a área de mata. Então, para quem diz que não houve planejamento, para quem diz que não houve inteligência, quem está falando isso não sabe, não tem a menor ideia, na verdade, do que está falando. Surgem aí um bando de engenheiros de obra pronta, uma série de falsos especialistas de segurança que nunca se vieram participar de uma investigação, de uma operação e começam a falar um monte de besteira na televisão. Então, a gente está mostrando aqui todo o planejamento, todo o trabalho que foi feito, mais de um ano de investigação para que essa operação pudesse ser realizada no dia de ontem. Então, nós optamos em aumentar o risco da nossa tropa e diminuir consideravelmente o risco da população que reside nos complexos da PEM do Alemão. A manobra, todo o trabalho de inteligência foi meticulosamente calculado e deu certo. (Curi, 2025, 11min13s)

Contrapondo a fala do secretário da Polícia Civil, a jornalista Cecília Oliveira, do Instituto Fogo Cruzado, uma organização que monitora e elabora análises sobre os dados da violência na América Latina, comentou sobre a chacina e seus resultados pós-coletiva de imprensa dos membros da área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro:

Saiu o relatório da Polícia Civil e, finalmente, a gente tem acesso a esses dados. Então, bora lá pra poder ver. Eram 100 mandados de prisão. Sabe quantos que a polícia cumpriu? 17. Todo mundo já sabe que o principal alvo, o DOCA, conseguiu escapar. E aí você pode pensar, talvez um daqueles alvos dos 100 mandados tenha morrido. Sabe de nada, inocente. Também não é bem assim. Dos mortos, metade não tinha nada, nenhum mandado em aberto. E dos que tinham, nenhum deles, pelo que consta nesse relatório, era alvo dos tais 100 mandados que a polícia saiu pra cumprir. Mas isso é enganar. Então, respondendo a pergunta do começo. Não é com esse tipo de operação que a gente prende. Isso é o que tá provado pelos relatórios da própria polícia. Não sou eu que tô tirando essa informação do bolso, não. E se você conhece um pouco da história do crime do Rio de Janeiro, sabe que não é esse tipo de operação em que grandes lideranças são presas. Voltando aqui ao que restou. Apreenderam 90 fuzis numa área que a polícia diz existir mil fuzis. Então eles saíram pra cumprir os 100 mandados, prenderam 17, mataram 120 pessoas e metade delas não tinha nenhum mandado em aberto. Não prenderam o alvo principal, não retomaram o território, não prenderam os alvos do mandado. Aliás, tem gente que nem antecedentes criminais tinha. A polícia anexou a esse relatório imagens das redes sociais de algumas pessoas e tá usando isso como prova. O quê? Olha esse caso aqui comigo. Cauã de Souza, 18 anos, não tinha anotações criminais. A polícia destaca que suas redes sociais não exibiam postagens desde 2022. (Oliveira, 2025, 02min48s)

A alta letalidade da operação é um fator que contrasta com a declaração sobre a estratégia do Estado em reduzir os impactos da operação sobre os moradores. Uma iniciativa que aciona a legitimidade do Estado em punir e criminalizar os moradores foi a abertura de investigações de familiares de mortos e presos, sob suspeita de fraude em terem resgatado corpos e teriam ocasionalmente manipulado a cena do crime.

1.1 Encarceramento

Até este evento dramático no Complexo do Alemão e da Penha em 2025, o massacre mais brutal da história desse país havia sido em 2 de outubro de 1992: o Massacre do Carandiru, com 111 mortos em São Paulo. Naquela época já havia

relatos sobre as condições de precariedade e superlotação do presídio. O sobrevivente Maurício Monteiro dá entrevista contando sua versão do que aconteceu na Casa de Detenção:

Por incrível que pareça, não tava acontecendo porra nenhuma, tava tudo normal, mais um dia tensionado. Aí, de repente, aconteceu uma treta entre dois presos... Só que eu tô falando de um lugar que morria dois, três por dia. Naquela época, nós não estamos falando de uma época que o crime era organizado, estamos falando de uma época que existiam várias quadrilhas. Ninguém entrava em confusão à toa por causa de briga entre duas pessoas. Aí, houve essa confusão, mas vamos ficar atentos por conta daquela confusão que eu contei com o funcionário há uns quatro meses atrás. Eles tavam loucos pra que alguma coisa acontecesse de verdade, né? Então, dois presos tiveram uma discussão por causa de droga. E aí, os presos separou. Os funcionários pegaram esses dois caras e levaram um pro Pavilhão 4 e o outro pro castigo. Já era, tudo normal. Aí, continuou tudo normal, só que tinha uns presos que não sabiam o que aconteceu. De repente, passam esses caras e falam: "tá tendo um tumulto". Quando eu vou ver... Na época, eu morava no 303-e. Eu morava no terceiro andar do Pavilhão 9. Saímos pra ver o que estava acontecendo. Quando nós chegamos na gaiola, na gaiola do terceiro para o segundo andar, já tava tumultuado. Por quê? Os funcionários estavam querendo trancar todo mundo. Aí, nós falamos: "vai trancar por quê? O que tá acontecendo"? Eles falaram: "vai trancar porque teve confusão". Aí, todo mundo: "que confusão que teve? Ninguém tá sabendo de porra nenhuma de confusão! Ninguém vai entrar, não, nossa treta é às 16h". Não lembro, mais ou menos, mas acho que era umas 14h. Era o mesmo plantão da confusão que eu contei, tá ligado? Eu tô falando daqueles funcionários, do funcionário que tomou um pau e que nem tava mais no Pavilhão, mas o chefe do plantão era o mesmo. Aí, um cara que tava do lado do funcionário falou: "oh, o negócio é o seguinte senhor: nós não vai entrar e já era". "Você vai entrar". O cara pegou e já deu um soco no funcionário. Só que ele deu o soco e isso daí também não era algo incomum. Os funcionários não saíram correndo na hora. Todo mundo ficou parado. O funcionário falou assim: "você me agrediu, depois você tá ligado que vai ter consequências". E o cara: "depois você me manda pro castigo e já era, certo? Você me quebra e manda, mas nós não vai entrar". Aí, os funcionários pegaram e desceram, foram embora. Aí, os caras falou assim: "saíram fora todos os funcionários. Não ficou nenhum no pavilhão. Trancaram o portão e saíram fora". Só que eles saíram lá pra fora gritando que era rebelião! Rebelião, mano? Nós não tava exigindo nada, não tinha refém, não tinha porra nenhuma... Rebelião do quê? Conversamos entre nós pra entender o que estava acontecendo. Quando todo mundo entendeu, aí passaram um salve geral entre nós mesmo: "oh, vamos voltar para as portas das celas e vamos aguardar vir a tranca, certo? Quem tiver confusão, deixa pra resolver em outra hora. Isso aqui não é hora de resolver nada". (Mallart; Araújo, 2022)

A coincidência entre massacres em territórios populares e chacinas no interior das prisões revela uma mesma racionalidade de gestão da violência estatal, ainda que operando em cenários distintos. Operações policiais em favelas e rebeliões reprimidas com letalidade extrema nos presídios não constituem eventos isolados, mas formas complementares de fazer morrer determinados corpos, sobretudo masculinos, racializados e pobres. O encarceramento aparece, nesse contexto, como continuidade

de um regime de morte. Se, para muitas mulheres, ter um filho ou marido preso pode significar, momentaneamente, afastá-lo do risco iminente de morrer em operações policiais, essa proteção é sempre relativa e precária. A prisão não elimina o risco da morte. Ela o desloca para outro espaço, marcado por violências menos espetaculares, porém contínuas, como a insalubridade das celas, a disseminação de doenças, a precariedade da alimentação e a negligência institucional. Essas formas de violência, ainda que não se expressem por confrontos armados abertos, produzem efeitos igualmente letais e recaem, de maneira profunda, sobre a vida das mulheres, que passam a gerir a incerteza permanente entre a sobrevivência e a morte dos homens de suas famílias.

Em muitos casos, ter o homem da família preso, seja filho ou marido, pode significar estar um pouco mais protegido, diante do risco de morte eminente, estar preso é estar um pouco recluso deste território repleto de guerras e tiroteios diários. No entanto, a prisão não elimina o risco de morrer, apenas o desloca para outro cenário. Trata-se de um espaço atravessado por formas distintas de violência, nas quais a morte pode resultar da insalubridade das celas, da disseminação de doenças ou da precariedade da alimentação. Diferentemente das operações policiais conflagradas e das execuções sumárias, a violência intramuros não se expressa por meio de confrontos abertos, mas por práticas contínuas de negligência e precarização da vida, sendo igualmente letal.

No Brasil, em específico, houve um aumento acelerado do número de pessoas presas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2025, com base no Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), em 2024, o país contabilizou 909.594 pessoas presas. Diante do crescimento da população carcerária e das medidas governamentais de reforço das políticas de segurança, o aumento da desigualdade e o desemprego pós-pandemia da COVID-19, a prisão, hoje, está superlotada. Esse cenário expõe os sujeitos encarcerados a condições estruturais precárias, especialmente no que diz respeito à infraestrutura das unidades e ao acesso à saúde.

Estar e viver na prisão é uma condição de vida na qual se está sujeito a muitas adversidades, sejam estas físicas ou psicológicas. As principais situações de

precariedade no cárcere são sanitárias e alimentares. Esse cenário contribui para o agravamento de doenças associadas à insalubridade e à má alimentação. Além disso, o Estado administra essa população por meio da gestão precária da infraestrutura, da alimentação e do acesso à saúde atua como fator agravante dessas condições. Propositamente o Estado é o principal agente que proporciona tais eventos sanitários.

Em análise sobre o extremo confinamento nas prisões do Rio de Janeiro, Fábio Mallart descreve:

Superlotação em espaços sem ventilação e com pouca luminosidade, racionamento de água potável, acúmulo de lixo, infiltrações, umidade, esgoto e mofo, privação alimentar ou fornecimento de comida estragada, ausência de medicamentos e profissionais de saúde, falta de produtos de higiene e limpeza, infestação de insetos e roedores, alocação da massa carcerária em terrenos contaminados. Trata-se de uma racionalidade governamental que opera a partir de uma “política do definhamento”, cuja resultante é a produção de um estado progressivo de decomposição, em que presos e presas vão morrendo paulatinamente – em função das próprias condições de funcionamento dos cárceres (Mallart, 2019, p 66).

Essa é uma das formas de gestão da vida aplicada àqueles que foram indesejados pelo Estado, onde primeiramente se faz encarcerar pessoas para, em diante, sequenciar um processo de gestão de mortes e condições insalubres para se viver.

Neste capítulo, apresento o cenário das condições carcerárias e discuto os efeitos produzidos por esse contexto, com ênfase nas dinâmicas sociais e relacionais que se estabelecem a partir da superlotação e da precarização do sistema prisional. Partindo da compreensão de que o encarceramento opera como uma ferramenta de produção de precariedades sobre determinadas populações, inicio a análise pelas operações policiais realizadas recorrentemente sob o argumento de combate ao tráfico de drogas. Longe de conter a violência, essas operações têm contribuído para a produção de encarceramentos arbitrários e para o direcionamento de sujeitos específicos a determinados territórios prisionais. É nesse contexto que se insere o Complexo de Gericinó, foco empírico desta pesquisa. Em um contexto de sobrevivência limítrofe, as visitas tornam-se centrais na provisão de cuidados aos homens encarcerados, enquanto se projeta a expectativa de retorno ao convívio social.

1.2 O Cárcere E Suas Condições De Vida

Conforme constatado por Fábio Mallart (2017), o encarceramento em massa está operando como uma forma de controle para manter determinadas populações longe da sociedade pelo seu tempo máximo. As operações policiais produzidas em áreas marginalizadas dos centros urbanos, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, funcionam para conter sujeitos de forma provisória, e essas medidas se fazem de forma arbitrária. Produz-se uma espécie de prisão provisória que vai induzir a replicação dos modos de viver dentro da prisão para o mundo externo, no cotidiano das ruas.

Nesse contexto, sujeitos expulsos de seus territórios de origem por facções criminosas passam a vivenciar trajetórias de deslocamento forçado, marcadas pela ocupação provisória e coletiva de ruas e outros espaços precários de moradia. A expulsão produz trajetórias de deslocamento forçado e precarização da moradia, levando à ocupação coletiva e provisória de ruas e espaços públicos que, progressivamente, passam a se configurar como pontos de comércio e consumo de drogas, como as chamadas cracolândias. A partir do instante em que se consolidam espaços dos quais são habitados por pessoas em situação de uso problemático de droga somada a questões de moradia, um cenário de guerra às drogas é travado pelo Estado, que trata essa questão como caso de segurança, e não como saúde pública.

As pessoas que passam temporariamente pela prisão por falta de concretude em seus processos judiciais, geralmente apresentam um perfil geral de situação de rua ou uso problemático de drogas, ou seja, chegam às prisões marcadas por experiências de circulação pelo espaço público em condições escassas de sobrevivência, habitando ambientes como abrigos, prisões, e centros de atenção psicossocial. Conforme apontam Taniele Rui e Fábio Mallart (2017), essa circulação não é aleatória, mas compõe o que os autores denominam de dinâmica da “cadeia ping-pong”: um movimento no qual sujeitos considerados indesejáveis são sucessivamente deslocados entre instituições, à medida que passam a ser tratados como problema tanto pelo crime organizado, que os expulsa de determinados

territórios, quanto pelo Estado, que aciona estratégias de encarceramento. A prisão, nesse contexto, não interrompe essas trajetórias, mas atua como mais uma etapa desse circuito de gestão da precariedade.

Além disso, haveria uma falsa eficácia de ações que supostamente trabalhariam em combate ao tráfico de drogas diante da quantidade de pessoas presas que Mallart e Rui (2017) abordam detalhadamente:

Cerca de 60 viaturas e mais de 90 policiais, fortemente armados, chegam às ruas Barão de Piracicaba, Helvetia e Dino Bueno. Pessoas são abordadas, contidas, revistas e identificadas. Procede-se, então, a um ato arbitrário de distinção entre usuários e traficantes, sendo os primeiros – mais de 50 indivíduos – encaminhados para o Largo Coração de Jesus, junto a um Centro Assistencial da Prefeitura que, por não possuir estrutura e funcionários para atender tal contingente de uma única vez, em poucos minutos, fica literalmente às moscas. Os outros indivíduos – os supostos traficantes – são direcionados aos veículos de transporte de presos da Polícia Civil que, ao final da operação, reúnem cerca de 70 pessoas.

Mesmo diante de tamanho aparato policial, o resultado de tal operação parece irrisório, haja vista que ao final do trabalho os policiais apreendem 410 pedras de crack, que juntas pesam menos de 500g, 9 porções de maconha, que somam menos de 10g, um revólver calibre .22, que cabe na palma da mão de um único policial, 25 cachimbos artesanais, um telefone celular, um automóvel GM Corsa e uma pequena quantia em dinheiro (R\$ 341,20). Ressalta-se que dos 70 supostos traficantes enviados à delegacia – após novas averiguações – 32 indivíduos são indiciados sob a acusação de promover o tráfico de drogas ou de agir em associação ao narcotráfico, sendo que 23 desses sujeitos, como destaca o relatório policial, já haviam sido presos em outras ocasiões também acusados por crimes de tráfico. Dentre outros, é esse o caso de Larissa (nome fictício) quem, em seus múltiplos trânsitos entre o dentro e o fora da prisão, faz realçar uma linha contínua que atravessa as muralhas. Tendo em vista apenas um recorte de sua longa trajetória prisional, mais especificamente, entre 2006 e 2010, nota-se a potência do percurso. Em apenas quatro anos, seis passagens pelas prisões: uma vez por 5 meses, uma outra por quatro meses, outras duas vezes por três meses e mais duas por um mês. (Mallart; Rui, 2017, p 1)

Nota-se que, apesar do baixo número de apreensões de armas e drogas, essas operações resultam em um número significativo de pessoas conduzidas às delegacias, evidenciando um padrão de encarceramento que independe da materialidade das apreensões. Ao longo do processo de investigações dos sujeitos, estes, em maioria, cumprem uma pena provisória e a maioria deste número de pessoas presas permanecem encarceradas por falta de julgamento. Diante da soltura de alguns destes corpos de volta às ruas, a prisão se torna um ambiente poroso: a prisão circula pelas ruas entranhadas nestas pessoas.

A partir da descrição da Megaoperação Contenção, fica evidente alguns dos fatores das ações nas quais a polícia mobiliza um forte aparato militar são produzidas para abordagem de pessoas não associadas a um grupo criminal declarado e, nestes contextos, há um baixo retorno de apreensões quanto às drogas e armas. Em resumo, o encarceramento em massa no Brasil se sustenta, em grande medida, na lógica da guerra às drogas, na qual a figura do usuário é constantemente capturada como alvo legítimo da ação policial, contribuindo para a expansão contínua da população prisional. Assim, ser preso, insere o sujeito em um regime ambíguo, no qual o encarceramento pode tanto afastá-lo da morte imediata nos territórios quanto o expor a outras formas de violência e morte no interior das prisões.

Em situações de vulnerabilidade agravada, a prisão pode ser vivida como um espaço de recuperação física. Apesar da comida frequentemente estragada, das condições sanitárias precárias e do risco constante de adoecimento, o encarceramento garante certa regularidade de alimentação, sono e abrigo, sobretudo quando comparado à instabilidade extrema da vida na rua.

Para determinados sujeitos em situações de extrema precariedade, a prisão pode ser percebida como um espaço relativamente mais estável quando comparada à vida na rua. Em pesquisa etnográfica sobre a circulação entre prisão e cidade, Taniele Rui e Fábio Mallart (2017) registram o relato de um interlocutor que, após anos transitando entre a prisão e a rua, descreve o encarceramento como um momento em que conseguia tomar banho diariamente, se alimentar e dormir com regularidade, chegando inclusive a ganhar peso durante o período de reclusão.

Apesar destas considerações, a prisão se faz muito mais uma máquina de produção de mortes do que manutenção da vida. O estado do Rio de Janeiro possui o recorde do maior número de mortes em prisões em um intervalo de dois anos, entre 2020 e 2022, ultrapassando a quantidade de 500 óbitos (Mallart, 2022). Com a pandemia do Covid-19, houve um agravante aumento dos casos de morte e desnutrição, acredito que esse ocorrido tenha se dado por conta da interrupção de visitas durante o período de ascensão da doença a fim de evitar os riscos de infecção da população carcerária. Interromper as visitas, predominantemente realizada por mulheres, afetou as formas de cuidado realizadas, em especial quanto a alimentação e medicação levadas para os presos.

Ao relatar esse momento crítico ao longo de seu trabalho de campo, Mallart aponta que realmente a pandemia de 2020 agravou as condições prisionais:

Se no início da pandemia já se entrevia, em virtude das condições precárias que marcam a existência das prisões, que a chegada do novo coronavírus tendia a acelerar a produção da morte (29), o que não se imaginava é que a maneira como a crise sanitária foi conduzida pelos órgãos penitenciários acabou sendo mais letal do que o próprio vírus. Sem desconsiderar a potência de aniquilação do SARS-CoV-2, sobretudo em espaços marcados pela superlotação e pelo racionamento de água, evidencia-se que a pandemia se constituiu como o cenário propício para, por meio de políticas deliberadas, acentuar as torturas e a crueldade contra a população carcerária e os seus familiares. (Mallart, 2022, p. 22)

Rafael Godoi (2022), antropólogo também dedicado aos estudos de prisão, em análise de relatórios da Defensoria Pública do Rio de Janeiro aborda a precariedade encontrada nas prisões do estado durante a pandemia:

Para além da superlotação, em praticamente todos os relatórios os defensores chamam a atenção para a precariedade das instalações elétricas. O espaço é invariavelmente atravessado, em todas as suas dimensões, por uma trama de fios elétricos improvisados com o alumínio das marmitas — as “quentinhas” —, em instalações precárias que viabilizam a iluminação do ambiente, bem como o funcionamento de aparelhos de rádio, televisão e ventiladores. Nos relatórios, sempre se ressalta os riscos de incêndio e a ausência de extintores e de um plano de evacuação em caso de emergência.

Outras duas questões são recorrentes nas descrições das celas: a umidade e o lixo. A umidade emana do chão, das paredes e do teto, por meio de infiltrações, goteiras e vazamentos de diversas proporções, algumas chegando a inundar o piso. O lixo, por sua vez, não é retirado com a devida frequência, de modo que ele se acumula no interior das celas, em baldes e tonéis destampados, ou mesmo pelos cantos. Invariavelmente, os defensores insistem que esses fatores criam condições para a proliferação de doenças infectocontagiosas — principalmente a tuberculose — e de pragas — como mosquitos, pernilongos, percevejos, baratas e ratos. (Godoi, 2022, p. 8)

Os relatos de Mallart e Godoi permitem compreender que a pandemia não apenas evidenciou, mas aprofundou um regime de gestão da vida e da morte já operante no cárcere. A precariedade estrutural marcada pela superlotação, pela insalubridade e pela improvisação não é um efeito colateral, mas parte constitutiva das formas de governar a população encarcerada. Nesse cenário, a crise sanitária funcionou como uma ferramenta das práticas de negligência e violência institucional.

Assim, as condições de vida no cárcere se organizam em um limiar permanente entre sobreviver e adoecer, revelando que a prisão opera menos como espaço de custódia e mais como um dispositivo contínuo de precarização da existência.

1.3 Complexo do Gericinó: Contextualizando o Campo

Iniciei este capítulo relatando a cena em que eu e minha irmã rimos no dia da operação mais letal da história do Rio de Janeiro. Esse riso, longe de indicar indiferença ou banalização da violência, revela o efeito de um processo de normalização da vulnerabilidade. Rir, nesse contexto, é uma forma de lidar com um cotidiano atravessado por conflitos armados recorrentes, que passam a integrar a vida de quem habita esses territórios. Trata-se menos de um gesto de insensibilidade e mais de uma estratégia de convivência com a violência tornada rotineira. A polícia mantém uma presença ostensiva com uso de armamentos pesados e criados para situações de guerra. Viaturas

circulam as ruas das periferias dia e noite. O aparato bélico do Estado, não está presente só em momentos de atrito com as facções criminosas.

Viver no Rio de Janeiro implica conviver e ser constantemente afetado por ações estatais denominadas operações policiais, que produzem conflitos armados e reorganizam o cotidiano da cidade. Essas dinâmicas de violência atravessam diferentes territórios e se expressam de maneiras específicas. É nesse contexto que se insere o Complexo Penitenciário de Gericinó, localizado no bairro de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro, às margens de uma das principais rodovias da cidade. Tradicionalmente, Bangu era conhecido como um bairro fabril, cuja identidade estava diretamente ligada à antiga fábrica de tecidos Bangu, que atraiu uma população majoritariamente operária. Contudo, com o processo de desindustrialização e a posterior construção do Complexo Penitenciário, o bairro foi dividido em duas partes: de um lado, permaneceu Bangu; do outro, a área próxima ao presídio passou a ser conhecida como bairro do Gericinó, conforme descrito por Brito (2012). Com a estigmatização do território devido à presença das instituições penais, Bangu acabou sendo visto como um bairro perigoso e associado à criminalidade. Havia uma discussão sobre Bangu ser um bairro nobre e familiar, e, portanto, esse caráter não condizia com o fato dessa população dividir o mesmo bairro com a prisão. Essa

discussão, feita por Brito (2012), descreve minuciosamente o processo que se deu na tentativa de desassociação da prisão com o bairro:

A chegada das diversas instituições penais no bairro Bangu, nas duas últimas décadas do século XX, ainda que distantes de seu centro comercial e histórico, a começar pela instalação da penitenciária Laércio da Costa Pelegrino, em 1988, recolocou o bairro nas páginas dos jornais e transferiu para ele toda a carga negativa que estas instituições possuem na sociedade. Como afirmou Caldeira (2004), os presídios de Bangu passaram a ser conhecidos como “escritório central do crime organizado” e o bairro, em especial nas áreas do entorno do complexo penitenciário, passou a ser visto com desconfiança pelas pessoas que não viviam por perto, seja pelo receio das muitas pessoas ligadas aos criminosos que por ali circulavam, ou pelo medo puro e simples que estas instituições cercadas de agentes armados causam àqueles que não estão acostumados com a rotina desses lugares, ou seja, a grande maioria da população carioca. O histórico do lugar, com muitas fugas e rebeliões, contribuiu objetivamente para que todo o bairro fosse estigmatizado, ainda que, dentro do próprio, dezenas de milhares de pessoas sequer saibam onde ficam os presídios ainda hoje, vinte e três anos após a construção de “Bangu 1”. De uma maneira geral, a presença do complexo penitenciário dentro dos limites de Bangu e as constantes notícias veiculadas pela imprensa que, voluntariamente ou não, associavam o nome do bairro à criminalidade carioca causaram grande desvalorização simbólica do lugar. (Brito, 2012, p. 93).

Embora houvesse a separação, inicialmente não havia uma demarcação territorial formal por parte do governo da época; tratava-se de uma delimitação simbólica. A separação foi decretada em 2004, pelo prefeito da época César Maia, recém reeleito. Nessa época, o Rio de Janeiro já havia sido escolhido para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007. Esse foi o primeiro evento esportivo que iniciou na cidade um longo processo de revitalizações que constituíam a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade modelo para receber a Copa do Mundo de 2014 e posteriormente, os Jogos Olímpicos de 2016. Além disso, o bairro de Bangu é vizinho da Vila Militar, local que sediou muitas competições que aconteceram durante os eventos esportivos. Esse processo todo fez com que as áreas da zona norte e oeste da cidade chamassem atenção popular e midiática.

A identidade do bairro construída junto à imagem dos trabalhadores se perdeu com o fechamento da fábrica em 2004. Restando características do samba e do futebol, mantidos pela presença do Bangu Atlético Clube e da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, instituições que ainda mantinham um pouco da atenção recebida pelo bairro. Por isso, houve grandes investimentos nos

empreendimentos comerciais da região, dentre eles o Shopping Bangu, aproveitando a estrutura da antiga fábrica, e o calçadão como um centro de varejo comercial.

O processo de estigmatização do bairro do Gericinó está associado à infraestrutura dos megaeventos sediados na cidade, conforme discutido por Brito (2012) e Davies (2018). Essa reestruturação do bairro visava um desenvolvimento econômico por meio de uma estrutura comercial, isolamento territorial e investimentos governamentais em que está ligado à gestão das margens do Estado (Das, 2008; Miagusko, Jardim, Côrtes, 2018). A partir de uma colocação das margens do Estado nos termos de Veena Das e Deborah Poole (2008), o Estado tenta propagar uma imagem de que as margens são lugares onde o estado não conseguiu impor sua ordem. Quando, na verdade, o Estado não se ausenta nesses espaços, mas sim se reconfigura constantemente para manutenção da gestão das populações. Essa perspectiva desafiadora de concepções propostas pelo Estado age minuciosamente na perpetuação da criminalização das populações marginalizadas.

Assim, as margens não são estáticas, estão em constante modelação, como foi o processo de reestruturação de Bangu. Essas modificações fizeram com que a circulação de pessoas mudasse de configuração conforme a alteração. Isso causou uma centralização do território em si, gerando um comércio e uma mobilidade específica que atendessem à região. Assim, podemos pensar a agência das pessoas que vivem cotidianamente nesses territórios e como essas relações, nesses espaços são conduzidas.

Nossa imaginação das margens as mostra não como espaços e populações estáticos que devem ser gerenciados, mas como espaços cheios de vida, uma vida que certamente é gerenciada e controlada, mas que também flui fora desse controle. Assim, embora tenhamos muito a aprender com as brilhantes contribuições de Agamben e Foucault sobre como a vida natural passa a ser tratada como um objeto da política, as formas de conhecimento da antropologia não se limitam a pegar essas categorias e aplicá-las a diferentes situações. Pelo contrário, os antropólogos mostram, nas genealogias e histórias particulares dos modos de sociabilidade que estudam, como diferentes desejos, esperanças e medos determinam a experiência do estado biopolítico. (...) (Das; Poole, 2008, p. 41)

Um exemplo da construção das margens no contexto do Rio de Janeiro é a criação do sub-bairro do Gericinó, situado em Bangu, na zona oeste da cidade. É nesse território que se localiza o Complexo Penitenciário de Bangu, onde foi realizada a etnografia que compõe este trabalho, e que será apresentada de forma mais detida adiante. Trata-se de uma região planejada pelo Estado como um entorno territorial apartado, no qual circulam majoritariamente moradores locais e pessoas vinculadas às instituições ali instaladas. Esse desenho urbano, marcado pelo isolamento, expressa estratégias estatais de controle territorial e de gestão das populações.

Alinhados ao pensamento de Veena Das (2008), Edson Miagusko, Fabiana Jardim e Mariana Cortês (2018) trazem uma análise crítica que aponta que o Estado utiliza de dispositivo de poder para controle e perpetuação da criminalização dos corpos indesejáveis. Assim, as margens são lugares onde o Estado se reconfigura e nos levam a repensar os limites entre centro e as periferias. Essas práticas moldam as vidas nas periferias criando certa ordem imaginária, que, na verdade, é causadora da desordem local, moldando as subjetividades.

Do ponto de vista antropológico, as margens oferecem uma perspectiva única para a compreensão do Estado, não porque capturam as práticas exóticas dos considerados “Estados fracassados”, mas porque sugerem que essas margens são uma consequência necessária do Estado e, ao fazê-lo, nos convidam a repensar os limites entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal. (Das, 2008, p. 2)

Com a criação do sub-bairro, o Gericinó foi estatalmente produzido como um território de circulação restrita, pouco habitado por pessoas de fora e marcado por um isolamento espacial. Trata-se de um espaço onde transitam majoritariamente moradores da região e indivíduos diretamente vinculados às instituições penais ali instaladas. Pensar o Complexo Penitenciário de Bangu, portanto, implica compreender como seu entorno foi planejado como um território ordenado e separado da vida urbana mais ampla, de modo a minimizar visibilidades e conexões entre a prisão e a cidade.

Diante desse território, dei início à minha entrada no campo. Na primeira ida ao Complexo do Gericinó, planejei uma chegada que obedecesse à rota planejada na

noite anterior: me assegurei chegar em um horário que ainda tivesse um movimento das mulheres entrando na prisão para a visita. Meu conhecimento sobre esse território antes do campo se limitava às passagens pela Vila Kennedy, bairro próximo, entre idas e vindas do trajeto entre minha casa e a universidade ao longo dos anos de graduação e, mais recentemente, durante o curso de mestrado.

Ao longo dos anos de graduação e mestrado, os ônibus em que eu viajava adquiriam um ritmo mais intenso ao atravessar aquela região, com grande fluxo de pessoas embarcando e desembarcando simultaneamente. A Vila Kennedy é um ponto estratégico de baldeação do transporte público, explicando o movimento intenso na área. Por ser uma região com alta circulação de pessoas, era comum encontrar vendedores ambulantes trabalhando nos pontos de parada e voluntários de centros de recuperação fazendo discursos religiosos enquanto recolhiam doações. Nesse primeiro dia, precisava partir dessa praça da Villa Kennedy, que conhecia só de passagem, para adentrar o bairro do Gericinó, e chegar até a porta da cadeia. Portanto, me localizar nesse território foi simples pela familiaridade em que eu já tinha devido o caminho até a universidade no ônibus, e este ser um local com um grande fluxo de pessoas. Dali sabia que passaria a van com trajeto Bangu x Presídio, além de uma linha de ônibus que faz o mesmo percurso praticamente. Ao desembarcar na Vila Kennedy para, então, localizar o ponto da van, passei por alguns mototaxistas que me indicaram o local correto. Chegando próximo, havia algumas passageiras à espera da condução. Não eram muitas, pois o horário da visita começa mais cedo. Mas ali ainda havia mulheres chegando na visita com bolsas cheias de potes de comida, pães e refrigerantes.

1.4 Fluxos e porosidades: Criminalização e cuidado na gestão das vidas

A partir de etnografias realizadas em múltiplos territórios, observando a circulação de pessoas por espaços de unidades carcerárias, comunidades terapêuticas, albergues, hospitais psiquiátricos, etc. Mallart e Rui (2017) pensam as periferias em continuidade com as prisões, exemplificando a fluidez entre o encarceramento e a liberdade vigiada, e como elas revelam as estratégias estatais de

controle contínuo sobre indivíduos marginalizados. Por isso, as operações policiais que antecedem a prisão, e desde então produzem controle e formas de vigilância. Nesse sentido, a circulação de policiais armados pela cidade, se assemelha à penitenciária.

Com a lei de drogas, há muitas pessoas indiciadas por tráfico, portando uma quantidade mísera de entorpecentes. Essas pessoas geralmente são usuários em situação de vulnerabilidade social que permanecem em circulação tanto nas ruas quanto nos espaços de assistência institucionais. Nessa dinâmica, a relação entre prisão e as favelas, gera um frequente trânsito destas pessoas.

A passagem pelo sistema penitenciário é uma linha que demarca quem vive e quem morre entre os usuários de drogas. Nesse sentido, a gestão do estado sobre esse fenômeno da criminalização do uso das drogas entre as populações vulneráveis solidifica um cíclico processo de produção de criminosos que manipula uma relação constante entre prisão provisória e prisão, onde há uma frequente circulação de pessoas entrando e saindo das crackolândias.

Nessa dinâmica prisional, o governo exerce a gestão da vida, determinando quanto tempo as pessoas ficam presas. Essa é a forma mais essencial do encarceramento massivo como forma de controle dos indesejáveis, para manter populações por determinado tempo longe da sociedade. Assim, as políticas penitenciárias estão diretamente associadas às outras dinâmicas de gestão das vidas vulneráveis, como o fato da abordagem policial ser seletiva, tendo essas pessoas como alvo de apreensões e prisões, e essa passagem pelo sistema penitenciário demarca quem vive e quem morre dentre os usuários de drogas.

Mallart e Rui (2016) também tratam do problema da prisão provisória como uma porosidade que faz com que práticas e condutas se tornem comportamentos adquiridos pelas pessoas presas, fazendo circular dogmas prisionais pelas além dos muros da prisão, indo aos hospitais de custódia, crackolândias, etc. Assim, se forma uma rede de controle dessas pessoas desprezadas pelo crime e pelas facções, sendo constantemente expulsas dos territórios e passam então a frequentar as crackolândias. Compreendendo que estas práticas não estão isoladas dentro das prisões, podemos ver os exemplos que os autores descrevem ao longo do texto.

Desse modo, a prisão, em suas várias conexões com outras instâncias de controle, parece ter continuidade com um processo que tem início fora das muralhas institucionais, afinal, o poder de punir, em sua função, “não é essencialmente diferente do de curar ou educar” (Foucault, 2004, p. 250). É talvez por esse motivo que ouvimos um preso do Centro de Detenção Provisória de Pinheiros III, ao narrar as suas experiências de internação em um hospital psiquiátrico, dizer que “lá era que nem uma cadeia”. (Mallart; Rui, 2016, p. 451)

A produção dessas prisões configura-se assim não como o resultado de uma suposta ausência de políticas estatais, mas a pulverização de um repertório prisional pelas ruas. O sociólogo Rafael Godoi (2017), faz uma crítica mais concisa dos efeitos do encarceramento nas populações a partir da sua observação participante como voluntário da igreja católica em algumas penitenciárias. Para ele, a prisão está completamente esvaziada do objetivo de ressocialização dos presos, sendo, na verdade, acionada como um dispositivo de contenção dos indesejáveis nas ruas. O autor define as prisões como “prisão-depósito”. Ao invés de servir como um meio de ressocialização, funciona como um “depósito” excludente para a contenção de populações marginalizadas.

A partir de suas visitas etnográficas como integrante da pastoral carcerária, Godoi se atentou ao tumulto causado pela chegada da pastoral nas celas da prisão para atender aos mais diversos pedidos, fazendo com que os presos se aglomerassem na busca de ajuda para resolução de problemas pessoais e judiciais. A burocracia documental sobre as sentenças prisionais faz com que os próprios presos agilizem seus processos, partindo do conhecimento que adquirem para entender a linguagem complexa e judicial dos documentos.

Através dos mecanismos das administrações prisionais focados em precarizar os suprimentos e serviços básicos dentro da prisão, o autor chama a atenção para a autorresponsabilização dos sujeitos. Devido à precarização dos atendimentos judiciais, os presos se organizam entre si para redigir seus pedidos de extratos de vara da execução penal e apelações de processos, sendo o extrato de Vara de execução criminal o documento mais requerido na cadeia, por informar a progressão ou redução da pena, sendo possível especular o tempo de saída.

Porém, por conta deste documento ter uma difícil leitura e entendimento por conta do uso excessivo da gramática judicial, há uma mobilização de saberes e

práticas dos presos para melhoria e encurtamento das condições penais. Esse movimento dos presos em agilizar seus próprios documentos que aceleram o cumprimento de pena é chamado por Godoi (2017) como “responsabilização dos sujeitos”. A precariedade da defesa jurídica gratuita e o desconhecimento de promotores e juízes sobre as condições reais de encarceramento forma uma rede de homens encarcerados que promovem um autoaprendizado sobre seus próprios processos, e o principal efeito disso é a extensão do tempo em que os presos passam na prisão. A responsabilização dos presos pelo desenrolar de suas penas é uma estratégia que, pautada pela urgência, decorre da necessidade de sobreviver.

Diante das dificuldades generalizadas de compreensão dos documentos judiciais, desenvolve-se entre os presos uma figura específica que atua como prestador de serviços jurídicos informais dentro da prisão conhecido como “recursista”, auxiliando aqueles que não conseguem interpretar seus próprios processos:

Figura do “recursista”, preso versado na produção dessas petições, o qual atua em causa própria, mas também presta seus serviços a “colegas de infortúnio”, por solidariedade ou alguma remuneração. Alguns são reconhecidos como melhores que muitos advogados, públicos ou particulares. (Godoi, 2017, p. 43)

O Estado age à distância de forma burocrática, por documentações estagnadas e por transações documentais. Nessa mesma lógica, existe a chamada *ala do castigo*, à qual são designados arbitrariamente presos, os quais supostamente cometeram alguma infração de comportamento agressivo e fora das regras estabelecidas. Nesse contexto, é a pastoral que avisa à família que o preso está no castigo.

A criminalização e suas margens vão além dos muros das instituições públicas, indo principalmente além do espaço físico das prisões. A reprodução dos padrões de comportamento adequados às regras destas instituições extrapola esse movimento conforme a circulação destes sujeitos indesejados. Isso chega nas famílias, com a determinação dos horários, roupas e objetos permitidos nas visitas, conforme iremos entender melhor no próximo capítulo.

O fator primordial que reflete nos quadros de condição de saúde da população carcerária, sem dúvida, é a alimentação. Os registros deixam em evidência a má

qualidade das refeições servidas pela prisão. Com o tempo de cumprimento de pena, uma alimentação carente de nutrientes causa impactos na saúde dos presos, propiciando o desenvolvimento de diversas doenças, que associadas à falta de outros recursos de sobrevivência, como serviços de saúde, podem se tornar fatais.

Praticamente todos os relatórios registram pouca variação de cardápio, comidas mal cozidas ou já estragadas e o enorme desperdício decorrente. Também relatam o não fornecimento de copos e talheres, o nome das empresas contratadas e possíveis escândalos de corrupção em que estejam envolvidas, além da disparidade entre os produtos propagandeados em suas páginas eletrônicas e as “quentinhas” efetivamente distribuídas na unidade. A carência nutricional decorrente de tal estado alimentar é parcialmente suprida por alimentos fornecidos aos presos por seus familiares — encaminhados em pacotes conhecidos como “sucata” — ou adquiridos nas cantinas das unidades. Essa mesma lógica opera e se radicaliza no abastecimento de outros itens básicos de sobrevivência, como bens de consumo, de higiene pessoal e limpeza, os quais, diferentemente da alimentação diária, só excepcionalmente são fornecidos pela administração prisional. Itens dessa natureza ou são comprados na cantina, ou adentram a prisão pela chamada “custódia”, cuja frequência varia bastante e se compõe com a da “sucata”, sem necessariamente coincidir com ela. Nesse ponto, a análise se volta para o “sistema de abastecimento” (Godoi, 2017a: 185), que responsabiliza presos e familiares por parte significativa dos custos de manutenção da própria prisão — eis uma dimensão fundamental do encarceramento contemporâneo que se articula às condições de confinamento e que mereceria uma discussão à parte. Aqui, resta indicar as duas principais recomendações da equipe de inspeção sobre o assunto: que a Seap se esforce para reduzir os preços da cantina e que advirta a empresa fornecedora sobre a péssima qualidade dos alimentos.

Embora a água brote das paredes e do chão em vazamentos múltiplos, os presos enfrentam ainda um verdadeiro regime de escassez de água, que os obriga a criar suas próprias políticas de abastecimento. O tema é onipresente nos relatórios e sempre foco de controvérsia: os gestores dizem que o fornecimento de água é de tal maneira, os presos dizem ser de outra. (Godoi, 2022, p 11)

Não somente a alimentação é um fator de risco à saúde. O acesso à água de qualidade também é uma problemática encontrada no interior das celas prisionais, o que acaba refletindo nas condições dos presos em manter uma boa higiene pessoal e limpeza do espaço, aspectos que uma vez afetados pela falta de água também acabam promovendo a propagação de enfermidades. No fim, em resumo sobre os efeitos e as condições prisionais, Godoi (2022) vai comparar, ainda que de forma simplória, a prisão como uma instituição próxima à lógica dos campos de confinamento do Regime Nazista alemão, que teve seu auge a partir dos anos 1930.

Os efeitos nefastos que condições de confinamento degradantes geram sobre os corpos – que se revelam de forma particularmente nítida em celas de seguro e isolamento (Mallart, 2019), mas que, como os relatório da Defensoria não cansam de documentar, também operam, ainda que sob outras intensidades, nos demais espaços do sistema prisional – talvez sejam mesmo o ponto de contato mais notável entre as realidades díspares do campo de concentração e do cárcere. Entretanto, no que se refere especificamente às condições de confinamento, é possível identificar diversos outros pontos de contato, por exemplo, entre o que Primo Levi conta do campo e o que a Defensoria relata das prisões: desde a disposição espacial das celas coletivas, com seus treliches e sua superlotação, passando pela frequente violência física e verbal de funcionários, o trabalho “voluntário” e degradante, a escassez de água, a alimentação pobre, a proliferação de doenças, a insalubridade dos ambientes, até a prosaica ausência de copos e talheres. (Godoi, 2022, p 15)

Diante de todas as condições sanitárias que atravessam o cotidiano prisional, as mulheres passam a visitar a prisão incessantemente, e os principais motivos da visita são a falta de comida e higiene, insumos básicos que deveriam ser distribuídos pelo Estado atendendo à toda a população carcerária. As mulheres na visita desempenham um papel fundamental na sobrevivência dentro da prisão, além de também exercerem uma comunicação com o mundo externo que atualiza o preso do seu processo criminal.

A presença das mulheres na prisão se configura como um dos “vasos comunicantes”, conceito estabelecido por Rafael Godoi (2015):

Pode ser considerado um vaso comunicante toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas. Os vasos colocam em comunicação dois “mundos”, no entanto, não são desprovidos de bloqueios: neles, múltiplas negociações, determinações, poderes e disputas operam a diferenciação do que entra e sai, dificultando ou facilitando acessos, registrando (ou não) as passagens e estabelecendo destinações. É a própria existência da prisão enquanto alteridade socioterritorial – como “heterotopia” nos dizeres de Foucault (2009) – que está em questão no cotidiano jogo de abrir e fechar portões, observando o que por eles passa ou não. Em São Paulo, atualmente, mais que a conduta dos reclusos no interior da prisão, as passagens são os focos privilegiados da vigilância penitenciária.

A maioria dos vasos comunicantes são vias institucionalizadas, previstas e reguladas pela legislação penal, como a visita semanal dos familiares, a visita íntima e o atendimento de um advogado. Nestes casos, é o encontro presencial que estabelece a conexão. Mas a mulher que num pavilhão de penitenciária visita o marido (ou a mãe que visita seu filho) precisa atravessar um longo percurso que, já às portas da prisão, passa pela retirada de senha, pela espera na fila, pelas verificações de documentos, pela revista minuciosa de seus pertences, roupas e, principalmente, corpos. (Godoi, 2015, p 136)

Apesar de uma presença massiva de mulheres enquanto visita na prisão, outros vínculos afetivos também ainda visitam, e se configuram também de forma comunicante com o mundo fora da prisão.

Esse capítulo é fundamental para situar as particularidades do Rio de Janeiro e para que, assim, seja possível detalhar melhor o contexto no qual a pesquisa se insere. Busquei descrever a presença policial no decorrer do cotidiano carioca e como esse dispositivo do Estado aciona mortes nestes territórios e quando não consegue implementar a produção de mortes por homicídios, opera a conduta do encarceramento em massa. O complexo do Gericinó funciona, portanto, como uma zona de continuidade da violência estatal.

Com isso, as mulheres que visitam a prisão ocupam um ponto crucial na manutenção da vida dos sujeitos encarcerados. O que à primeira vista pode parecer apenas encontros e reencontros de natureza romântica ou matrimonial constitui, na prática, um conjunto de ações fundamentais de cuidado e mediação com o mundo exterior à prisão. Por isso, compreender como as pessoas são encarceradas e quais os desdobramentos é importante para a análise presente no próximo capítulo, no qual são abordadas as dinâmicas das mulheres para a visita prisional.

Nesse capítulo torna-se possível compreender que o encarceramento não pode ser analisado apenas como uma medida punitiva aplicada após o crime, mas como parte de um arranjo mais amplo de gestão estatal da precariedade. A superlotação, a falta de infraestrutura adequada e a insuficiência de recursos básicos revelam que a prisão opera por meio da produção e administração de condições degradantes de vida, nas quais a sobrevivência cotidiana dos homens encarcerados se torna constantemente ameaçada. É nesse contexto que se torna possível compreender a centralidade das redes de apoio mobilizadas fora dos muros da prisão, especialmente pelas mulheres que realizam as visitas. Nos capítulos seguintes, ao acompanhar os deslocamentos, práticas e rotinas dessas mulheres, busco mostrar como o cuidado, a circulação e a manutenção dos vínculos afetivos se tornam elementos fundamentais para a sustentação da vida no interior do cárcere.

CAPÍTULO II — A ESPERA NA RUA

Esse capítulo apresenta a dinâmica das mulheres que visitam o Complexo Penitenciário de Bangu, a partir de uma etnografia centrada no deslocamento. Aqui elaboro uma abordagem que parte das experiências destas mulheres, experiências estas produzidas especificamente pela prisão, no regramento que circula ao redor do tempo e do cuidado. Apesar das precariedades existentes no sistema penal é possível constatar que existem deslocamentos em viagens, organização doméstica e desgaste físico por parte das mulheres que elaboram a sobrevivência dos presos.

Apesar de a visita começar às oito da manhã, muitas mulheres chegavam ao presídio às seis da manhã para pegar a senha que começava a ser distribuída nesse horário. A distribuição dessas senhas é feita para haver organização na entrada da visita. Vou descrever aqui um dos dias em que comecei meu percurso com as mulheres às seis horas da manhã. Na chegada à praça da Vila Kennedy, entrei na fila em que havia duas senhoras amigáveis conversando. Perguntei se elas estavam aguardando pela van há muito tempo. Elas responderam que não, e questionaram se eu estava indo ao presídio para visita ou trabalho. Logo respondi estar indo para fazer uma pesquisa, para a qual eu queria conversar esposas e namoradas de homens presos. Elas responderam que o rapaz que elas estavam indo visitar, filho de uma e sobrinho da

outra, não tinha nenhuma namorada, mas ouvi muitas histórias sobre mulheres, ditas por elas como doidas, que se deslocavam para a prisão para conhecer homens presos e que passavam a se relacionar com eles.

Então o ônibus chegou e embarcamos, com as senhoras passando pela catraca à minha frente. Ao colocarem as bolsas no corredor, o cheiro de comida pronta tomou conta do ônibus. Havia assentos disponíveis apenas longe delas, o que inviabilizou a continuidade da conversa ao longo da viagem. No desembarque, caminharam à frente, e não as acompanhei, optando por centrar a observação e a busca por mulheres que fossem esposas ou namoradas de presos.

Essa escolha estava diretamente relacionada ao meu interesse em compreender como se organizam os cuidados e as estratégias cotidianas dessas mulheres em torno da prisão. Queria entender como são as mulheres que assumem a visita, a preparação dos alimentos, o transporte de mercadorias e a manutenção dos vínculos afetivos, mesmo em contextos marcados por desigualdades de gênero: menores rendimentos, responsabilização quase exclusiva pelo cuidado dos filhos, sobrecarga do trabalho doméstico e frequentes adoecimentos físicos e emocionais.

Embora mães, tias e outras parentes também componham esse universo da visita, meu interesse inicial voltou-se especialmente para as chamadas “cunhadas”: namoradas e esposas, figuras que ganharam visibilidade nas redes sociais, sobretudo no TikTok, e que motivou minha aproximação com o tema. Esse recorte não exclui as mães, mas evidencia como diferentes posições familiares mobilizam expectativas e responsabilidades distintas no interior do mesmo circuito de cuidado.

O cenário dessa região em frente à entrada da penitenciária vai se modificando conforme o horário da manhã passa. Por volta das seis horas da manhã as mulheres vão chegando gradualmente. Outras estão acordando do pernoite nas pensões, e começam a circular pelo comércio ainda de touca no cabelo. No interior de muitas pensões, refeições estão sendo preparadas em uma logística a partir da qual não é possível identificar visualmente se essa comida está sendo vendida ou preparada pela própria visitante.

Perto das oito horas da manhã, a movimentação na rua começa a se intensificar. Além da saída das mulheres às ruas para se posicionarem na fila, há uma chegada incessante de automóveis e motos desembarcando predominantemente mulheres com filhos: crianças pequenas, em sua maioria, mas também recém-nascidos, chamam atenção, pela prioridade que têm na fila. Algumas mulheres com crianças de colo começam a desembarcar de carros. Bebês que aparentemente não completaram um mês de vida. Para essas mulheres não é preciso chegar antes ou pegar senhas para formar a fila preferencial, assim como grávidas.

Conforme vai se formando, a fila vai andando pouco a pouco, fazendo notar um aglomerado de mulheres vestidas de rosa, lilás e cinza: em sua maioria elas usam cor de rosa. Ao longo da rua: pagode tocando na caixa de som, mulheres sentadas nas calçadas fumando, bebendo café ou cerveja. Na chegada à pensão, a mesma descrita anteriormente, passei para dar bom dia e fazer minha figura ser lembrada. Na primeira abordagem uma mulher não aceitou a conversa comigo, pois aquela era sua primeira visita. Passei à frente e abordei Palloma e sua amiga, enquanto elas aguardavam a distribuição da senha.

Palloma era branca, cabelos longos alisados, tinha lentes de contato verdes, os cílios longos e as sobrancelhas pintadas com henna. Ela tinha algumas tatuagens, como a frase 'pai e mãe amor eterno', o desenho de um terço no ombro e várias borboletas espalhadas pelo corpo. Palloma tinha vinte e três anos na época, e saía de São Gonçalo há 4 anos para visitar o marido. Quando perguntei sobre a frequência das visitas, ela respondeu — *“Ah... tem que vir sempre, né...”* — e a amiga concordou. Sobre o motivo da frequência, ela respondeu — *“Tem que vir porque eles são tóxicos”* — . Elas riram, e seguimos conversando sobre o ciúme dos presos. Quando falei sobre o meio de comunicação dela com o marido, citei o sistema de envio de cartas pelos Correios. Palloma concordou, mas sem muita confiança. Então perguntei se falavam por celular. Ela respondeu — *“sim, moça... ih, olha, tem de tudo aí dentro. Mas meu marido virou evangélico”* . Palloma falava comigo enquanto não parava de digitar em um smartphone bem robusto, similar a um iPhone desses lançados nos últimos tempos. Logo elas foram chamadas para assinarem o nome na lista da visita, e se levantaram.

Então me levantei e desci a rua onde logo mais adiante reencontrei as mesmas senhoras da fila da van arrumando suas bolsas. Nessa hora, elas estavam tendo o trabalho de retirar os produtos das embalagens originais e “passar para a bobina”, o que significa transpor o conteúdo para sacos transparentes permitidos para a entrada dos alimentos na visita. Alguns sacos estavam em cima da mesa, e perguntei se isso era necessário sempre. A tia do preso disse que sim, enquanto a mãe passava um creme dental para a bobina. Enquanto uma trocava as embalagens, outra arrumava a bolsa. Durante essa arrumação dos sacos, ao passo que ela os retirava da bolsa, pude ver biscoitos, aveia em flocos, leite em pó, café, vários alimentos, todos nesses sacos que permitiam ver o conteúdo da embalagem.

A tia do preso mostrou um saco de itens de higiene básica, dizendo que os sabonetes deveriam ser transparentes, aqueles feitos à base de glicerina, assim como a pasta de dente, que também deve ser translúcida. Enquanto uma mostrava os sacos, a outra resmungava e dizia “é tanta palhaçada, no final aí dentro tem um monte de coisa errada. O que a gente fica puta da vida é isso: aqui fora eles (guardas) implicam com tudo, mas aí, lá dentro, eles fazem o que querem”.

Comentei sobre aquela pasta de dente específica ter um valor mais caro que outras do mercado, e ela respondeu que só aquela marca e produção específica de pasta de dente é aceita para entrada na prisão, “senão eles implicam, e vai para o lixo”, disse ela. “E a gente não pode falar nada, porque aí é que eles implicam e deixam a gente sem visitar” completou a outra senhora.

Naquela mesa em que encontrei as senhoras, havia outras mulheres. Aparentavam ter de cinquenta a sessenta anos de idade. Pela conversa que pude ouvir, os diálogos confirmavam que a maioria era mãe de preso. Faziam comentários sobre as preferências alimentares do preso: “comprei um bolo”, “ah! O meu não gosta de bolo, mas da última vez eu trouxe e ele comeu”. A visão dessas mães e tias sobre a integridade e inocência de seus filhos e sobrinhos presos é muito notada. Cada mãe se refere ao seu filho como “*muito bonzinho*”, “*ele ajuda*”, e assim por diante. Comentam sobre os problemas que esse preso teve com o sistema prisional ao longo da vida. Tanto das mães como das esposas, ouvi que “essa não é a primeira vez”, relatando uma vida seguida nas práticas de ilegalismos, que leva esses homens ao cumprimento de pena no regime fechado.

Embora minha observação inicial estivesse mais voltada às esposas e namoradas dos presos, o campo revelou a presença expressiva de outros vínculos femininos, como mães e tias. Ao longo do período em que estive na fila de visitas, não identifiquei homens aguardando para entrar na prisão; se estavam presentes, passaram despercebidos. Essa ausência masculina reforça a centralidade das mulheres na sustentação dos laços afetivos, materiais e morais com a prisão.

Uma delas conta que, na primeira vez em que o filho tinha sido preso, a mãe dele ia às visitas sozinha. Mas, com o decorrer do tempo, ela não tem mais condições físicas de andar e carregar as bolsas; então, recentemente, a irmã dela passou a ajudar. Após passarem pelo portão principal que dá acesso a todo o Complexo Penitenciário, as visitas aguardam um ônibus circular interno que facilita a chegada delas a cada unidade prisional. Aparentemente havia dois veículos, sendo que um deu defeito, foi para a manutenção há tempos, e nunca voltou a circular. Restava apenas um ônibus para cerca de trezentas pessoas, o que levava à lotação do veículo, e fazia com que muitas visitas tivessem que ir caminhando, com o peso das bolsas.

Mãe e tia então relataram um certo processo de adoecimento desde o início da dinâmica das visitas: dores nas costas, somadas aos problemas na coluna vertebral diagnosticados no meio desse tempo, levaram a tia do preso a passar a auxiliar a irmã, contribuindo tanto financeiramente quanto com a visita. Elas contavam toda a história quando notei as tatuagens no braço das duas: uma tinha a “Docinho” e a outra a “Florzinha”, personagens do desenho animado chamado “As Meninas Super Poderosas”, famoso por um enredo humorístico onde três irmãs defendem a cidade dos vilões. Cada uma também levava um escrito “Uma pela outra” logo abaixo da figura. Perguntei se elas sempre se deram bem, conforme parecia. Uma respondeu apontando para a tatuagem: “Sim... uma pela outra”.

Mesmo em contextos de exaustão, adoecimento ou precariedade material, essas mulheres seguem visitando os homens incriminados, sustentando a expectativa de que, ao final desse tempo, seja possível elaborar uma vida mais estável, distante das violências e das problemáticas associadas ao envolvimento com o crime organizado:

(...)Tempos de espera como intervalos para retomada de fôlego, possibilidade de outros agenciamentos despontarem no cotidiano. Não necessariamente de

constituir uma casa, um emprego - assim, um mundo distante de devastação - porque se sabe que as chances de manter isso tudo são escassas. Mas formas de fazer e refazer o mundo e o cotidiano através da precariedade, o que não exclui compreender as éticas ordinárias (Das, 2012) que informam o presente. (Fernandes, 2018, p 11)

Foi um tempo considerável conversando com as duas irmãs, enquanto aguardava a formação da fila para entrada. Nesse horário, já próximo das oito horas da manhã, começaram a chamar as senhas. Dei uma caminhada e reencontrei Palloma acompanhada da mesma amiga. Dessa vez as duas estavam com roupas trocadas, maquiadas e cabelos soltos. Pergunto: “Está pronta?” elas “Agora sim!”. A formação da fila reúne mulheres que, desde o momento da minha chegada, estavam ocupadas em atividades como, fazer compras, preparar refeições e se arrumar.

A rua de acesso à entrada do presídio fica movimentada. O ambiente é tensionado pela busca de lugar na fila e pela atenção voltada à chamada da senha, para que não se perca a vez. Cerca de trezentas mulheres reunidas concentram um falatório entre elas. O cheiro de comida de todas as bolsas se aglomera e isso se mistura aos perfumes femininos de fragrâncias muito doces. Todas estão prontas, vestidas em cor de rosa. Dali, Palloma e a amiga se despediram e partiram à procura de suas posições na fila, de acordo com suas senhas.

Fui para o outro lado da rua, e na sombra da árvore encontrei Rayane: preta de pele bem clara, muito magra e jovem. Rosto de pele viçosa. Os cachos no cabelo pareciam modelados um a um e seus olhos eram castanhos claros, naturais. Ela tinha vinte e dois anos: desses, visitava o marido há três anos. Eles tinham dois filhos pequenos. Rayane era moradora de Xerém, bairro localizado em Duque de Caxias, e trabalhava como cuidadora em uma casa de repouso em Santa Cruz da Serra. Quando ela visitava o marido ou estava trabalhando, a sogra se encarregava de ficar com os netos. Logo perguntei sobre a dinâmica familiar diante do desgaste devido ao deslocamento da visita. Ela disse estar sempre cansada para visitar, pelo acúmulo de estresse, o trabalho e seus filhos.

Rayane me descreveu uma cela que ela não soube nomear. Ela falou “tem uma cama, mas é uma cama assim, de concreto. É desconfortável, ele bota o colchão de casal ali e a gente dorme”. O que Rayane descrevia era uma espécie de cela

conjugal, onde os presos revezam para receber suas namoradas e, como bem colocado por ela, era desconfortável, mesmo que fosse um local de visita. Ela disse que, quando chega, está cansada da triagem de visita. Até a chegada na cela é um longo caminho: após passarem pelo portão principal, as mulheres passam na revista com equipamento de leitura corporal, um scanner. Depois, as comidas e tudo o que levam para os homens também são revistados. Com todo esse processo, para chegar à unidade prisional onde o namorado está, leva-se cerca de duas horas, contadas da hora em que se passa do portão da prisão até o pátio das visitas. Então, as mulheres que passaram pelo portão principal às oito da manhã, até completarem toda a triagem e todo o processo de entrada, já seriam quase às onze da manhã, três horas depois, conseguem localizar seu preso no pavilhão. Considerando que a visita vai até às três da tarde, ao todo são aproveitadas apenas quatro horas. de visita. Esse é um tempo muito curto, visto que muitas viajam vindo de outras cidades e pernoitam nas pensões para ir cedo para a fila da visita.

Nessa conversa, Rayane parecia bem entediada com aquilo tudo. Apesar do relato ser o de que ela estava muito cansada, Rayane estava bem arrumada. Para ela a visita em si, bem como ver o marido, era algo como um encargo. Ela dizia que sua mãe não aprovava, nunca aprovou, ela visitar o marido. Ela contando, me disse “porque né... minha mãe é evangélica, né moça”. Então perguntei sobre essa ligação, se Rayane já havia frequentado alguma denominação religiosa. Ela disse ser evangélica, assim como sua mãe, mas que conforme foi crescendo se afastou por querer “ver o mundo”.

Quando perguntei “Mundo? Que mundo?”, ela ficou bastante tímida, mas seguiu “ah essas coisas, de... bebida... querer sair... o baile...”, e contou como decorreu a vida. Por querer “ver o mundo”, Rayane se afastou da igreja e, conseqüentemente, de sua mãe, por ela não concordar com os novos parâmetros de vida da filha. Ao mesmo tempo, em que Rayane ganhava novas experiências, ela conhece seu marido, no decorrer de um tempo que ela não deixou muito claro; mas disse que eles moravam próximos um do outro, e sempre se conheceram.

Já durante o relacionamento, ela dizia que o marido saía sozinho, que ia jogar bola com os amigos. Mas para Rayane, onde quer ele estivesse não fazia diferença, pois ela, também saía sozinha. “Ele falava: vou lá com meus amigos” e ela dizia “tá

bom, te encontro lá”, e ela não ia. “Se ele falasse que não me viu, eu falava que estava lá, ele que não viu”. A esperteza que o marido de Rayane usava para mentir ou não, para estar no lugar onde dizia que ia ou não, era muito bem revidada por Rayane no sentido de vingança. No momento em que o marido saía sozinho, ela se sentia nesse direito também.

2.1 Fluxos penitenciários

O fluxo de coisas e pessoas se fazem pela precarização da prisão, não somente visitantes, mas pastorais, advogados, organizações promotoras de direitos humanos, pesquisadores, etc. Em específico, as mulheres visitarem a prisão, configura um desses “fluxos penitenciários” que acabam fazendo com que as mulheres incorporem a prisão, ou como visto com Godoi (2015), a prisão circula pelas ruas, só que a partir de uma relação afetiva com alguém condenado.

Familiares e amigos de presos conformam outro volumoso fluxo, que se manifesta aos finais de semana em função da visita, mas é continuamente ativado: nas idas e vindas dos fóruns em busca de informações e encaminhamentos processuais, na cotidiana preparação e envio do jumbo ou do Sedex, na elaboração e leitura de cartas, na realização de chamadas telefônicas, também na recepção de um egresso ou de um preso em saída temporária. Neste fluxo concorrem tanto as pessoas que visitam continuamente uma unidade prisional, estabelecendo um contato direto com a prisão; quanto aquelas que, pela relação com estas, envolvem-se indiretamente no encaminhamento de um processo, na manutenção de um preso ou na recepção de um egresso. (Godoi, 2015, p 139)

Nesse sentido, com as necessidades da prisão, também se apresenta não só um fluxo de pessoas, como também, a circulação de objetos, informações e documentos que transpassam a entrada da prisão e depois do processo de triagem com vistoria e autorização destes objetos, circulam livremente por dentro da cadeia. A circulação destes constituem a materialização das relações, uma vez que se envia objeto para o preso através da precariedade estrutural que a prisão oferece às pessoas.

O fluxo das coisas – dos alimentos, roupas, artigos de higiene, cigarros e medicamentos, também das petições, prontuários e processos – é tão múltiplo e denso, quanto fundamental para a existência e manutenção do espaço prisional. Suas dimensões são difíceis de precisar; compõe-se do insuficiente, mas volumoso

fluxo de bens e recursos aportados pelas agências estatais; da infindável papelada que circula entre prisões e fóruns; do conjunto de bens comprados pelos presos por intermédio dos serviços de pecúlio; do imprescindível volume de coisas enviadas à prisão pelos familiares e amigos de presos através dos jumbos e serviços de Sedex. Imiscuindo-se em todos os anteriores, o fluxo das informações sintoniza os tempos de dentro e fora da prisão, ou conectando, pela televisão e rádio, todo o ambiente prisional à conjuntura das questões do mundo público; ou atualizando, através de recados, telefonemas e bilhetes, um preso acerca de uma particular situação de um parente, de seu processo ou de seus negócios. (Godoi, 2015,p. 140)

Contudo, torna-se importante estudá-las, entre outras razões, pelo fato de as mulheres de presos estabelecerem articulações significativas entre o cárcere e a vida “do lado de fora” dos muros da prisão. Elas assumem uma condição de quase condenados, visto que experimentam, no contato com a instituição prisional, constrangimentos pessoais e impactos estigmatizantes. O simples ato de entrar como visitante em um estabelecimento prisional sujeita a mulher de preso a “prisionização secundária” (Comfort, 2003). Esse processo é resultado de uma versão mais fraca, mas ainda assim persuasiva, da vigilância centralizada e da limitação corporal que atinge os internos das unidades carcerárias sobre as mulheres de presos.

É contraditório dizer que o encarceramento causa desorganização familiar por conta do distanciamento do preso e suas demandas de cuidado, ao mesmo tempo, em que a prisão desarranja a família, ela produz outras dinâmicas familiares. A esposa ou mãe que antes cuidava em casa, agora precisa tomar tempo de deslocamento, disposição e financiamento para ir até a prisão cuidar. A prisão vira um novo espaço de cuidado ao qual a mulher precisa ir habitar, por isso levar a comida, a presença física da visita e também levar os filhos. Prisão se transforma em casa, pois diversas sociabilidades se constroem nesse espaço.

Todas as precariedades que constituem a prisão, são assim combatidas em formato de esforços semanais das mulheres visitando a prisão para levar comida e itens básicos de higiene. Esse sistema atinge diretamente a dinâmica das famílias das periferias brasileiras no que tange o papel da mulher no cuidado de seus maridos enquanto estão sob tutela do sistema prisional. Em torno da família do preso, quando não é a mãe do sujeito, a esposa é a pessoa responsável pelo maior cuidado, em uma noção de manutenção de valor e moral. Enquanto mulher na sociedade, a escolha de

ficar ao lado do homem é se dedicar a relação na esperança de que ele retorne à família após cumprir a sentença. Em conjunto, os dois aguardam a liberdade.

A partir do momento que o marido se encontra preso, a mulher se sente no dever moral de estar ao seu lado, pois algumas já estavam com ele no momento de usufruir os bens alcançados através do crime cometido. A vida da mulher se molda para as motivações de cuidar do homem semanalmente, ou quinzenalmente, como for possível, o visitando na penitenciária, arrumada e com presentes que o agradem. Mas para conseguir visitá-lo a mulher precisa se moldar às regras do sistema prisional, o que pode gerar punições externas às prisões. Isso faz com que as mulheres também sofram com as sentenças judiciais de seus maridos.

Essa prisionização secundária (Comfort, 2007), demanda que a relação de afeto entre-muros (Lago, 2017) com um homem preso seja cercada por protocolos e regras que constroem as mulheres, tais como as violações durante os procedimentos realizados para a permissão das visitas, como as revistas íntimas e dos alimentos e itens básicos. As mulheres são elementos essenciais para a manutenção do fluxo de informações, de mercadorias e das negociações judiciais.

O preso ter família é considerado uma ferramenta de ressocialização. Ter família se coloca como a única salvação do sujeito condenado (Lima, 2013).

Mulheres ao lado de homens presos servem como redução de periculosidade do recluso, apoio emocional durante o momento difícil, e principalmente como fornecedora de recursos econômicos. Mas, sabe-se, em muitos casos, que as mulheres acabam sendo usadas como meio dos homens obterem aquilo que querem, assim manipulam as mulheres. No entanto, em uma complexa engenharia dos afetos, podendo ser reprimida a desconfiança sobre a sinceridade destes homens pelo fato de o marido estar demonstrando mais afeto e atenção somente após preso, em sentido de vingança e também de disputa de poder, as mulheres conseguem controlar economicamente a relação sem que o homem precise sucumbir à violência da vida prisional. Assim, elas podem acentuar ou não a vulnerabilidade e dependência destes homens, funcionando a relação como um sistema de recompensa que age conforme o bom comportamento do marido.

Inicialmente, quando o marido é preso, é provável não se ter conhecimento sobre as normas prisionais. Então a “cunhada” vai se adentrar ao universo nas filas das visitas. Se, por um lado, há mulheres que já mantinham relações afetivas antes do encarceramento e reorganizam o vínculo a partir da prisão, por outro, há aquelas que iniciam relações com homens já em situação prisional. Estes vínculos são geralmente mediados por redes de contato, que envolvem familiares, amigas e outras mulheres que frequentam a prisão. O primeiro contato, em muitos casos, ocorre por meio de ligações telefônicas, frequentemente viabilizadas por indicações, como amigos de companheiros já presos que manifestam interesse em conhecer alguém. A visita presencial, portanto, não inaugura a relação, mas a aprofunda, inserindo essas mulheres nos fluxos penitenciários já descritos.

A nova organização da vida desta mulher vai levá-la a um planejamento detalhado para as visitas, juntar dinheiro, comprar e preparar a comida, redigir as cartas, se arrumar e ficar bonita para o amado. Além do tempo e disposição dispensados para, em alguns casos, viajar até outra cidade., os custos de deslocamento, aluguel de uma pensão para se hospedar são parte da nova rotina. O encontro com outras mulheres começa nas viagens e no preparo para a ida ao presídio, no trajeto podem ocorrer paradas da polícia, pois se considera que uma mulher de preso pode ter associações com o crime ou possa estar, portanto, objetos ilícitos.

Ao entrar na discussão sobre a luta das mães de jovens mortos pela polícia, percebemos o acionamento da maternidade como um elemento moral, considerando-se que se o jovem executado fosse traficante, sua mãe não lutaria por justiça. A tematização da maternidade dá continuidade à discussão abordada por Camila Fernandes (2023), ao tratar da violência das mães na educação para com seus filhos, na intenção de não se tornarem bandidos, e em seguida que o Estado não tire o direito de ser mãe, executando e encarcerando seus filhos.

Ao decorrer da luta e busca pela condenação judicial das pessoas envolvidas nesses casos de violência, há uma peregrinação institucional, idas à defensoria pública, delegacias, audiências, etc. Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), ao analisarem a atuação política de mães de jovens mortos pela violência policial no Rio de Janeiro, descrevem precisamente como essa aprendizagem institucional se

materializa no cotidiano dessas mulheres. A partir de sua circulação constante entre diferentes espaços burocráticos, elas passam a desenvolver estratégias corporais e simbólicas para serem reconhecidas como sujeitos legítimos de fala e ação política.

É o caso, entre outros, da estratégia adotada por parte das mulheres que compõem esse coletivo de levar dentro da bolsa um sapato de salto. Mais chique do que aqueles rasteiros e mais confortáveis para serem usados nas caminhadas diárias entre uma reunião e outra, idas emergenciais a alguma favela, sem contar o próprio trajeto – de ônibus ou trem, geralmente – de suas casas para o centro do Rio, o sapato de salto é retirado da bolsa, por exemplo, na porta de entrada no Ministério Público. Ao final do compromisso, a destroca de sapatos se repete no mesmo lugar. Se a mudança de sapatos parece materializar (e mesmo fetichizar) o trânsito entre os espaços físicos e políticos a serem ocupados, outras formas de “entrar em cena” podem envolver o fazer-se notar e ouvir em situações nas quais inicialmente lhes teria sido reservado o espaço passivo de audiência, como figurantes ou ouvintes. Nesses casos, o acionamento da condição de mãe como ator político é o fator primordial para a ação, mesmo que não seja suficiente a priori, exigindo o uso de certos recursos estratégicos e habilidades aprendidas. (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 88).

Há um forte impacto das instituições sobre a vestimenta e o comportamento dessas mulheres, tanto em casos de familiares presos quanto familiares mortos pela violência de Estado. Andar com um sapato de salto alto na bolsa para não ser barrada na portaria desses prédios públicos ou até mesmo para ter sua fala validada diante de sua aparência sendo alguém pertencente a classe pobre. Embora Vianna e Farias (2011) analisem contextos de morte produzida pela ação direta do Estado, observa-se que estratégias semelhantes são mobilizadas por familiares de pessoas encarceradas. Também nesses casos, a relação com o sistema de justiça e com a administração penitenciária exige a adequação a códigos institucionais que regulam quem pode circular, falar e ser ouvido. A experiência do cárcere, assim como a da morte violenta, submete essas mulheres a um regime contínuo de controle e avaliação moral, no qual a aparência, o comportamento tornam-se elementos centrais para acessar direitos e reconhecimento.

Além disso, requer um domínio de informações sobre o andamento de processos judiciais e inquéritos policiais. Isso inclui recolhimento de provas da cena da ação policial, procura por testemunhas do ocorrido e outras ferramentas que ajudem a inocentar esses jovens. Essas situações são paralelas aos efeitos do encarceramento na vida das famílias, a qual as mulheres ao visitarem a penitenciária precisam ir com roupas adequadas à entrada carcerária e até mesmo às revistas da

guarda prisional. É importante a compreensão de que a entrada de mulheres para visitarem seus maridos presos causa um grande impacto na dinâmica comum. A presença das mulheres como visitantes interfere na dinâmica ordinária da prisão, caracterizada por uma circulação predominantemente masculina, por rotinas rígidas de controle e por uma alimentação e sociabilidade institucionalizadas. A visita feminina introduz outros fluxos de pessoas, objetos, alimentos e sentimentos que reorganizam temporariamente o cotidiano carcerário e tensionam seus dispositivos disciplinares.

Conforme Karina Biondi (2009) percorreu em sua pesquisa sobre o Primeiro Comando da Capital nas prisões paulistas, onde fez o trabalho de campo enquanto seu marido estava privado de liberdade, as visitas são um momento de tensão entre homens e mulheres. Há um esforço feminino em se adequar a este ambiente, e até mesmo obedecer às ordens oriundas de seu companheiro.

Em seu texto, o contato visual é um movimento marcado de territorializações, onde a mulher não deve fazer muito contato com os guardas de segurança, assim como, outros presos não devem olhar para outras mulheres. Tudo isso faz parte de um código de conduta (Biondi, 2009), que se resume em saber se portar para ser tratada dignamente como visita de um preso, pois as mulheres são tratadas pelos presos como posse.

Toda a concepção de ser tratada como uma mulher digna, de visitar seu marido preso sem haver muitos julgamentos e dedicada ao empenho de transpassar uma imagem de ser companheira de alguém que seria um criminoso, mas que não é bandido, necessariamente. E se for mulher de bandido, ser uma mulher fiel a este relacionamento, que não conversa ou mantém contato com outros homens. A diferença é que as mães possuem um privilégio público devido ao vínculo materno, o que não acontece com as companheiras, enquanto esposas estão em busca de uma credibilidade, a luta das mães (VIANNA; FARIAS, 2011) de mortos pela polícia, ou neste caso de filhos encarcerados valida-se pela maternidade e a construção do sentimento único em ser mãe. A família e sua construção afetiva, é acionada para como elemento autenticador que comprove que o sujeito não tinha ligações com o crime, ou facções deste tipo. No caso das esposas de presos, o casamento ou o relacionamento entram em disputa com a legitimidade em dizer que o homem não era bandido ou traficante, e sim um trabalhador, pai de família e amado.

O percurso da vida das mulheres parece marcado pela fuga da violência, que começa na criação das filhas mulheres sendo criadas com o impeditivo de namorarem os bandidos da periferia, assim como, filhos homens são voltados a se tornarem trabalhadores honestos sem serem envolvidos com as facções criminosas. Quando essas mesmas filhas que um dia foram controladas e impedidas de namorarem bandidos se tornam mães, a maternidade aciona a sobrecarga das mulheres em uma dedicação incessante para que os filhos não se tornem criminosos, assim como suas mães o fizeram.

Percebe-se nesse movimento a ausência da preocupação paterna sobre não só a criação de seus filhos, mas no desenvolvimento familiar na totalidade, homens jovens e adultos periféricos estão mais sujeitos a sofrerem violência no contexto geral, isso independe de serem trabalhadores ou criminosos.

Nesse sentido, a criação dos filhos em condições de vulnerabilidades condiciona as mulheres adultas e mães de família em uma sobrecarga exaustiva entre casa, filhos e trabalho. Essa grande demanda social e familiar das mulheres transparece no estigma das mulheres nervosas (Fernandes, 2018) e a compensação da raiva advinda das condições de vida impostas pela desigualdade social causam psicologicamente nessas mulheres.

Grande parte da vida das mulheres consiste na luta de criar o filho para não virar traficante, que mesmo com êxito pode desembocar na luta por justiça na morte deste mesmo filho que não virou bandido. Esse é um extensivo trabalho de combate à lógica do Estado de que corpos marginais merecem castigo ou morte. As mulheres entram na luta para reivindicar que esses corpos são amados e foram bem cuidados por mães, esposas e namoradas.

2.2 O Trabalho do cuidado

A divisão sexual de gênero propaga tradicionalmente a ideia de um homem provedor, racional e forte, enquanto reduz as mulheres a emocionais e cuidadosas. Homens são criados para serem futuros pais de família e por isso devem prover e

trabalhar para sustentar seu lar, enquanto as mulheres são guiadas a cuidarem dos filhos e da casa.

Gayle Rubin discorre sobre a gênese da opressão de gênero em um diálogo crítico com teóricos como Engels, Freud e Lévi-Strauss. Rubin (1973) aponta principalmente uma falha do marxismo clássico que se exime da análise da opressão sexual, pois Marx, em todo seu trabalho, não cita e nem descreve a contribuição feminina no desenvolvimento do capitalismo, tanto nas fábricas como no ambiente doméstico.

(...) O capitalismo é uma série de relações sociais — formas de propriedade, e assim por diante — nas quais a produção visa a transformar dinheiro, coisas e pessoas em capital. E capital é uma quantidade de bens ou de dinheiro que, quando trocados por trabalho, se reproduzem e aumentam, apropriando-se de trabalho não pago, ou mais-valia, do trabalhador. (Rubin, 1973, p 5)

Apesar de as mulheres não terem tido dedicação e atenção significativas na produção marxista, na relação do trabalho doméstico com a reprodução do trabalho, as mulheres desempenharam um papel fundamental, dado que o requisito para a reprodução do trabalho é anteriormente haver trabalho doméstico. Para se produzir o trabalhador, precisa-se do trabalho doméstico desempenhado historicamente pelas mulheres em prol de uma utilidade das mulheres no sistema capitalista.

(...) Já se disse que as mulheres são uma força de trabalho de reserva para o capitalismo, que os baixos salários que em geral recebem propiciam uma mais-valia extra para o empregador capitalista, que servem ao consumismo da sociedade capitalista em seu papel de administradoras do consumo familiar, e assim por diante. (Rubin, 1973, p 5)

Determinar esse lugar para as mulheres é um processo histórico de submissão, no qual elas foram fixadas ao trabalho doméstico para que houvesse reprodução industrial a partir da divisão sexual do trabalho. Não há debate sobre a fome saciada pelo trabalho feminino, no ato de cozinhar e amamentar. Assim, o sistema patriarcal de produção de parentesco é a organização que cria poder e a opressão sexual do trabalho.

Sobre o tempo do cuidado das mulheres dedicado à família, e sobretudo às crianças, há uma divisão dispendiosa e desigual quando comparado ao tempo dos

homens. As mulheres operam em uma lógica temporal na qual são requeridas a se dividirem entre o tempo de ir em busca de melhores condições de vida enquanto se dedicam ao trabalho do cuidado com seus filhos. Nessa dinâmica ocorre uma disputa, discutida por Fernandes (2018), como o “correr atrás” e o “tempo para os outros”, no sentido da busca pela sobrevivência em condições em que não se tem o tempo integral para se dedicar à busca por trabalho e qualificação profissional.

Nossas noções de tempo são baseadas em um sistema capitalista liberal, onde o tempo é pautado pelo dinheiro, e isso desconsidera as relações e o próprio tempo do cuidado. A autora Camila Fernandes também volta sua atenção para o distanciamento masculino, o tempo masculino e as conformidades sociais com esse fenômeno. Há uma tolerância à distância dos homens, quando ao contrário todo o estigma de abandono pesa sobre a vida das mulheres. Quando elas se afastam dos cuidados há culpa e julgamentos. Mesmo assim, o requerimento da presença dos homens se satisfaz sendo resumido ao sustento financeiro, pois exercer a função de trabalhar remuneradamente e pagar a pensão alimentícia, é valorizado. Quando o homem assume o trabalho de cuidador, isso é ainda mais valorizado, pois o cuidado capta seu tempo de trabalho formal.

Homens e mulheres então fariam usos diferenciados do tempo (Fernandes, 2018), sendo um marcador fundamental que podemos observar como a desigualdade de gênero opera no campo do encarceramento. Junto à imposição de uma maternidade cuidadosa e dedicada, a sobrecarga traz às mulheres um nervoso persistente que afeta e traduz a dimensão dessas vidas trabalhadoras. A antropóloga Camila Fernandes faz uma leitura sobre as mães nervosas da periferia carioca, onde a escassez de oferta de vagas nas creches públicas está sob a acusação de ser uma consequência do descontrole reprodutivo das classes pobres, e que os programas sociais ocasionaram ainda mais incentivos reprodutivos.

Essas mães, ao lidarem com sobrecargas emocionais derivadas da gestão exaustiva das responsabilidades e vulnerabilidades sociais, entram em um estado de nervoso violento que as levam a serem consideradas um exemplo de comportamento desviante, sendo elas assim chamadas de figuras de causação (Fernandes, 2017). Essas dinâmicas familiares levam as mulheres à exaustão e acabam sendo movidas pelo nervosismo nas ações de violência física contra os filhos. Adquirindo uma lógica

onde as agressões são executadas no intuito de evitar o pior, ou seja, evitar que os filhos virem bandidos, ou que apanhem na rua dos outros. A agressão nessas situações age como ferramenta de controle para que futuramente as mães tenham orgulho dos filhos aos quais se tornaram trabalhadores.

No caso das filhas mulheres, a educação é ainda mais rígida, se produz uma criação para que as filhas não namorem bandido, nem traficante e, também, não virem prostitutas. A criação das filhas mulheres se volta aos cuidados do lar em um movimento de manutenção das mulheres em casa. Nesse sentido, a criação das filhas se volta à dedicação e estímulo ao trabalho doméstico, assim não há como se envolver com o crime e os homens criminosos.

Como relatado pela antropóloga Camila Fernandes (2021) durante sua etnografia, uma mensagem pichada em um muro do Morro da Mineira: *“Eduquem as crianças de hoje para que amanhã não tenhamos que puni-las.”* A produção da violência do Estado contra essas populações causa a vida violenta dessa classe contra si mesma, mesmo que a atuação das mães seja impedir que a violência de fora chegue em suas casas.

2.3 As mulheres não abandonam

Após algum tempo sem ir ao Gericinó, voltei ao campo da pesquisa. Nesse dia cheguei bem próximo ao horário da entrada das visitas. Então dessa vez a fila já estava sendo formada. Fui até a mercearia, e depois fui até a geladeira para pegar uma coca cola zero, mas não tinha. Quando a funcionária me reconheceu, me disse que ela havia feito sanduíches naturais, que eu já tinha visto na geladeira enquanto procurava o refrigerante. Os sanduíches estavam muito bonitos, mas não comprei. Perguntei sobre a frase do relógio, aquela que dizia “calma que dá tempo”, se tinha algum motivo específico, mas ela me informou que não. Já estava na hora da formação da fila, então fui embora.

No meio da fila, abordei uma mulher loira, sentada, fumando um cigarro. Sentei-me ao lado dela na calçada. Ela topou conversar, mas durante todo o diálogo ficou desconfiada, então conversamos bem rapidamente. Andressa era moradora de

Inhaúma, vendia roupas de forma autônoma, e visitava há um ano e meio. Ela me relatou que muitos presos acreditam que a única razão para a mulher sair de casa deveria ser para visitá-los na prisão. Essa visão reflete uma perspectiva que restringe a individualidade da mulher, sugerindo que, se ela está casada com o preso, deve esperar por ele até que cumpra sua pena para, somente então, “viver a vida”. Perguntei a ela sobre qual seria a distribuição entre a quantidade de mães e esposas ou namoradas. Ela apontou as mães como a maioria das visitantes na cadeia, pois, segundo ela, “mãe não abandona”, e a mulher sim. Para ela, muitas mulheres abandonam pelo fato de o preso não valorizar o trabalho e a dedicação da mulher em visitar.

A fila foi andando, as mulheres se aglomeraram na calçada em que estávamos sentadas, e então o espaço foi ficando meio apertado: muitas mulheres aglomeradas, aquela gritaria de números, além do cheiro de cigarro que abafava o cheiro da comida dessa vez. Andressa mesmo havia acabado de fumar um cigarro. Pegou um chiclete do bolso e me ofereceu. Assim, achei que a conversa estaria correndo bem, e decidi pedir seu número de telefone para que eu pudesse reencontrá-la em visitas futuras. Levantei da calçada e dei meu telefone em sua mão. Ela havia digitado um pouco rápido demais, sem fazer muita questão de digitar concentradamente para não errar a sequência do número. Em pé, minha estatura alta sobressaiu muito. Senti alguns olhares, não só dela, mas de algumas das mulheres que estavam ali se organizando. Além de ter ficado desconfortável com o fim da conversa, e minha presença sendo notada ali naquela situação, me despedi e fui assistir o início da fila com a ordenação das visitas preferenciais.

Quando tomei distância o suficiente para poder verificar o número de telefone que Andressa salvou no meu celular, como esperado esse número salvo não existia. Tomei para mim que ela digitou qualquer número de maneira proposital mesmo. Esse é o ocorrido que já esperava. Nunca imaginei que teria êxito em pegar o número de telefone de alguma visitante, pois nesse campo a confiança é um elemento que se dissolve e se reconstrói organicamente.

As mulheres que estão entre a vida prisional e o mundo externo, cumprindo um papel fundamental de comunicação com o mundo exterior, são colocadas nesse contexto como responsáveis por levar o lar até os presos. Há um argumento de Megan

Comfort (2007) que parte de uma ideia de que as mulheres estão sob a sombra do homem preso, ignorando que a maioria das famílias periféricas são geridas e lideradas por mulheres. Indicando que a rotina da mulher é profundamente impactada ao longo do tempo de espera pela liberdade do marido preso.

Essas concepções sobre a mulher vinculada ao homem encarcerado devem ser analisadas com cautela, evitando generalizações. É fundamental refletir sobre a dimensão da agência, considerando a escolha da mulher em manter ou dar continuidade a essa relação conjugal. Recolocar a mulher no centro da análise sobre a dinâmica familiar é fundamental em uma reflexão que discuta a divisão sexual do trabalho. Toda essa manutenção exaustiva de laços carcerários, apesar das suas reformulações de vida, tempo e dinheiro, é tida como um aspecto que reforça as relações.

Nessa mesma direção, Duarte et al. (2020), ao conduzirem uma pesquisa sobre a perspectiva de companheiras de homens encarcerados, analisam os diferentes papéis desempenhados por essas mulheres no universo prisional. O estudo baseia-se em entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres que visitavam seus companheiros custodiados no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro e observaram que, para algumas entrevistadas, o contato com o cárcere não se restringia a experiências de sofrimento, mas também produzia formas específicas de sociabilidade:

Dessa forma, a prisão ajudaria a reforçar relações familiares, haja vista que, entre outras situações, o local se tornaria palco do estreitamento dos laços afetivos entre o casal. Em vez de prejudicar a relação, conforme apontam diversas pesquisas no assunto (Bonnie CARLSON; Neil CERVERA, 1992; Bruce WESTERN; Sara MCLANAHAN, 2000), o contato com o cárcere poderia em algumas situações fortificá-la, ou ainda reestruturá-la. Embora estigmatizante e segregadora, a prisão não é necessariamente desestruturadora (Godoi, 2011).

Nessa mesma lógica, algumas entrevistadas afirmavam que o contato com o cárcere representaria uma espécie de 'estilo de vida'. As mulheres faziam amizades com outras visitantes nas portas das prisões, marcavam de se encontrar, conversavam e trocavam experiências. Algumas ficavam amigas. Ao mesmo tempo que podia gerar consequências negativas às suas vidas, o sistema penitenciário acarretava efeitos benéficos a algumas companheiras de presos, como agregar pessoas." (Duarte et al., 2020, p. 8)

É importante destacar que a prisão, em vez de necessariamente desestruturar, pode reforçar as relações familiares ao renovar a dinâmica conjugal. No entanto, isso

exige uma readequação familiar constante e intensa, voltada para a manutenção dos vínculos afetivos existentes. No que tange os relatos sobre uma vida social vinculada ao cárcere, fazer amizades ao redor dessa vida esquematizada para realização das visitas. Fazer amizades com outras mulheres de homens presos é a criação de uma rede de apoio compartilhada.

Natália Lago (2019) descreve essas tensões acerca das relações que se produzem no contexto prisional. Segundo a autora, a confiança fragilizada é produtora de um discurso que se expande:

(...)São constantes as tensões em torno das relações que se produzem através da prisão. O clima de desconfiança, que chega a evocar certa paranoia, provoca uma necessidade contínua de produção de evidências que, se necessário, atestam a razão em eventuais desavenças envolvendo Flora, Fabiana, Ítalo e mulheres de preso. Não confiar em ninguém na porta da prisão é conselho repetido a todo momento, e os rumores aparecem para justificar essa disposição de não confiança nas pessoas que circulam nas entradas e saídas da prisão. (Lago, 2019, p. 15).

Ao direcionar meu olhar para a compreensão dos fluxos de pessoas no cárcere, percebo que as visitas entram na prisão sem terem sido sentenciadas, criando porosidades que possibilitam entradas e saídas. Quem entra e sai das visitas tem um elo condicionado, uma conexão com a prisão que se prolonga. Desta forma a prisão se faz presente também na vida daqueles que estão do lado de fora.

Compreender as visitas das mulheres é conceber como um lugar tão rígido quanto a prisão se torna permeável. Essa permeabilidade permite a entrada de mulheres que, embora consideradas disruptivas, se ajustam à produção de corpos obedientes ao Estado. Elas permanecem, ao mesmo tempo, disruptivas e institucionalizadas, levando para a prisão elementos como a casa, a comida, o sexo, a família e também o crime. Desta forma, é possível interpretar que essas mulheres desempenham múltiplos papéis, que vão além de carregar bolsas de comida. Elas assumem o papel de cuidadores em função do crime, indo à prisão sustentar o fluxo de suprimentos e informações.

Natália Lago (2019) pontua essa dimensão da presença do encarceramento nas famílias:

(...) O encarceramento de um membro de uma família implica não apenas a ausência desse ente, mas também a presença da prisão, que reestrutura as

relações e atravessa as dinâmicas cotidianas. Nesse sentido, entendo a prisão como um campo alargado que concebe os limites físicos da instituição, mas que também envolve os agenciamentos que ocorrem ao seu redor – o fluxo de pessoas através dos muros institucionais, as articulações familiares para realizar as visitas, as preparações na cidade de origem e nas cidades sede das prisões, os acordos e desavenças entre familiares que acabam por envolver as pessoas privadas de liberdade e vice-versa. (Lago, 2019, p. 4).

O imaginário feito de uma mulher que namora um bandido é formado por um conjunto de concepções baseadas em características caricatas da mulher: novinha, roupas curtas, gosta de baile funk, dança e rebola. Pensando em uma mulher que namora bandido, enquanto ele ainda não foi detido por seus delitos e associações criminosas, muito se entende que esta mulher mantém esse interesse pela ostentação do homem.

Os bandidos em geral são então muito assediados pelas mulheres, não apenas em função da possibilidade de ascensão econômica, como pela experiência que podem proporcionar às parceiras de celebridade e situações de risco aferidoras de status entre os jovens. Resulta que este assédio acaba se tornando um forte motivo para a entrada dos jovens no mundo do crime. O fato de o modelo de masculinidade viril ser comum à maioria dos jovens de classe baixa das favelas em que pesquisei, estimula essa passagem. (Lopes, 2011, p. 149).

Os homens fazem do banditismo uma profissão, de onde passam a extrair seu sustento de vida. Manipulando a rejeição, a submissão da pobreza, o bandido nesse aspecto, é o herói da favela, onde ser bandido reflete um ato de movimentar uma economia local, que reverbera na construção de um poder marginal (Lopes, 2011), onde se cria um “estilo de bandido”, com maneiras de se vestir, falar e portar-se. Nesse sentido, para Natânia Lopes (2011), ser bandido é uma possibilidade mais concreta de modos de sobreviver nas condições de gestão das populações precárias do que exercer um trabalho formal de carteira assinada.

No que diz respeito à representação dessas mulheres, em contrapartida, Fernandes (2017) analisa que ela pode ser explicada a partir do termo “figuras de causação”: uma categoria que comporta uma representação dessas mulheres como exemplo de comportamento desviante. Então, mulheres desencaixadas de modelos tradicionais de papéis de gênero, agenciam a manutenção do cuidado. Mas, ao mesmo tempo, em que são levadas a prisão para a ressocialização do preso, se sentem humilhadas pelo tratamento dos agentes prisionais.

Em diversos momentos, ouvi relatos dessas mulheres sobre a sensação de humilhação vivida na entrada da prisão e durante o processo de triagem de segurança. Elas relataram ser submetidas a revistas rigorosas, questionamentos sobre suas vestimentas e provocações dos guardas, que frequentemente as insultavam por serem companheiras de homens encarcerados. As marmitas também são revistas. O conteúdo dos potes recheados de comida é revirado na busca por algo que seja ilícito na cadeia. Uma interlocutora me disse que a comida ficava muito revirada, e isso a fazia sentir nojo. Ela não sentia nojo da comida que ela mesma preparou para ela e seu marido almoçarem juntos no dia da visita. Esse sentimento de nojo vinha da ação dos guardas sobre a comida, que foi comprada e preparada com tamanho esforço financeiro e de tempo para que chegasse à visita bem feita e saborosa, para então chegarem os guardas, e bagunçarem toda a marmita de propósito, segundo ela. “Eles fazem de sacanagem, por que não tem necessidade entendeu? A nossa comida passa no raio-x”.

Quando a comida sai da revista e ela encontra a marmita novamente, não consegue comer, diz que lhe dá ânsia de vômito pelo que fizeram com a marmita. Isso faz com que Andressa não queira comer a comida que ela mesma preparou por sentir nojo pela ação dos guardas.

Ao longo do capítulo procurei elaborar como as mulheres reorganizam a vida e conseguem estar tão presentes na prisão, se adaptando ao tempo da visita, a sobrecarga do trabalho e as normas rígidas que se estendem a elas. Com isso, observa-se que a prisão produz e mantém relações e vínculos que carregam os fluxos de pessoas e elementos de sobrevivência como a comida e higiene. É essa uma forma de sustentação da vida, que inclui tanto a vida familiar como o funcionamento da prisão.

CAPÍTULO III — A ECONOMIA MORAL DA VISITA

Neste capítulo aprofundo a análise do trabalho desempenhado por essas mulheres a partir da articulação entre a prisão enquanto espaço de confinamento e sua incorporação como extensão da casa e do comércio. Ao assumir tarefas de cuidado que atravessam o dentro e o fora dos muros, com preparação de alimentos, organização de objetos, gestão de recursos e circulação. As mulheres passam a integrar uma dinâmica marcada pela pressa, pelo desgaste e pelo cansaço. Esse envolvimento cotidiano evidencia como o cuidado, longe de se restringir ao âmbito afetivo, estrutura práticas materiais e temporais que reorganizam a vida dessas mulheres em função do cárcere.

Em um dia de semana, por volta das nove da manhã, o sol começava a esquentar em Bangu, o bairro mais quente da cidade do Rio de Janeiro, às margens da Avenida Brasil, ainda que o verão estivesse prestes a acabar. Freadas e arranques dos ônibus zumbiam meus ouvidos, trocadores das vans pendurados pela porta se esgoelavam “Campo Grande... passarela da rodoviária!”, acompanhados de buzinas de mototaxistas que me chamavam a atenção, enquanto mulheres iam embarcando em suas garupas. Entrei no final da fila, quando logo depois alguém atrás de mim me cutucou. Torci o pescoço para ver quem era, quando uma senhora perguntou “*aqui que passa a van para ir para o presídio?*”. Essa senhora estava indo comprar uniforme para o filho que acabava de ter sido preso. Ela disse: “Me desculpe, eu não sei nem quem é você, mas é que eu fico agoniada com essa situação.” Eu disse que tudo bem. Conversamos por um curto tempo até que a van chegasse, mas, como ela iniciou o diálogo, logo perguntei se seu filho tinha alguma namorada que também pudesse ajudá-la, e dividir tanto as despesas como as visitas. Em meio ao desabafo que fazia sobre os custos para manter o bem-estar de seu filho preso, me respondeu: “ah... ela só estava junto enquanto queria o dinheiro dele, depois da prisão ela foi embora”.

Chegou a van, embarcamos, e segui a viagem em um assento distante dela por conta da lotação. Ao longo do trajeto ela interagiu com várias pessoas. Ela encontrou um conhecido e falava em tom alto que o filho estava preso. O desembarque alvoroçado na porta do presídio esvaziou a van, e logo me deparei com muitos vendedores de cigarros pela calçada, numa busca urgente por clientes.

Se eu fosse fumante, teria parado para comprar um maço e poderia ficar próximo à entrada, discretamente. Mas, como não fumo, segui à procura de outra posição para observar a chegada tardia das mulheres à visita.

Do outro lado da rua havia um quiosque de café da manhã, onde duas mulheres preparavam salada de frutas à venda. Fui até lá. Fui bem recepcionada, e pedi um misto quente. Enquanto uma das atendentes preparava o sanduíche, fiz algumas perguntas sobre os horários das visitas, buscando entender a dinâmica de entrada e saída das visitas. Diante de um comentário que fiz sobre o trabalho de cortar as frutas e o alto valor que isso gera para o consumidor final, no desenrolar dessa conversa ela foi falando sobre o gasto de dinheiro das mulheres no cuidado que têm ao sempre levarem comida fresca para a visita. Nesse meio tempo, quem aguardava

atendimento na barraca estava às pressas para fazer seu pedido, pagar e ir embora. Comentando sobre o trabalho e a disposição dessas mulheres, a moça da barraca dizia como todo esse trabalho desgastava as visitas ao longo dos anos de sentença dos presos, como se elas se encontrassem na situação de um cansaço envelhecedor. Ela descreve a vida dos familiares que visitam seus parentes: *“aquele senhor que bebe cerveja ali do lado, lembra dele fulana? (puxando a colega para a conversa) ele chegou aqui no primeiro dia visitando o filho dele, ele estava bem. Com o tempo ele foi ficando abatido, desacreditado... ele até vendeu o carro dele por um valor muito abaixo do que valia. Tudo isso para pagar o advogado, e não consegue tirar o filho dele daí de dentro”*. E apontou a faca para o portão do complexo penitenciário, enquanto cortava as frutas.

As visitas à prisão mobilizam uma série de práticas cotidianas que extrapolam o momento do encontro com o preso. Antes mesmo de atravessar os portões da unidade prisional, as mulheres já colocam em movimento circuitos de compra, preparo e transporte de alimentos e mantimentos, que organizam o entorno da prisão e estruturam o dia da visita. É nesse contexto que as bolsas levadas por elas ganham o foco. Considero que essas bolsas de comida e mantimentos simbolizam, em alguns aspectos, a casa, a partir de uma perspectiva materialista sobre a presença, o cuidado e o trabalho feminino.

Na porta da prisão, há diferentes pensões e casas por onde essas mulheres circulam e que confundiram meus olhares durante todo o tempo, pela dificuldade que tive de distinguir esses lugares entre habitação e comércio. A manhã nas proximidades da prisão mantém um clima de preparação para algo similar a um evento com hora marcada. Apesar de muitas mulheres aparentarem estar prontas para a entrada na prisão, parece que sempre tem algo a ser arrumado por lá, algo a ser comprado na hora, alguma comida fresca, ainda é preciso pentear o cabelo, ou acomodar as mercadorias e marmitas na bolsa de modo que fiquem confortáveis para serem carregadas à mão.

Essa movimentação é um fator que caracteriza a circulação dessas mulheres como similar a uma dinâmica de levar a casa até a prisão. A organização no dia anterior à visita exige um planejamento das rotas de deslocamento, compra de passagens de ônibus, escolha da roupa permitida na visita, o preparo da comida e a

separação de roupas e cobertores. Em dias específicos, chamados “dias de custódia”, são agendadas entradas de itens mais específicos como medicamentos, aparelhos de televisão e rádio e até itens de higiene.

Essencialmente nas pensões que pude observar enquanto conversava com duas visitantes, havia uma predominância de mulheres cozinhando, comprando comida e outras sentadas conversando. Algumas usavam toucas de cetim, provavelmente para não estragar o penteado, ou até mesmo para que o cheiro de comida refogada não fosse absorvido no cabelo. O espaço da pensão parecia confuso para mim, por articular, simultaneamente, aspectos do comércio e da casa. Elementos de ambos esses espaços coexistem ali, o que dificulta mensurar se a relação estabelecida pelas mulheres com a pensão é de ordem doméstica ou mercadológica. Enquanto ouvia as conversas, marcadas por diálogos típicos de relações amigáveis entre mulheres que se encontram com frequência, tornava-se visível o fluxo constante de dinheiro naquele espaço. Esse movimento se materializava na figura de um senhor mal-humorado atrás do balcão da pensão, que chamava números em voz alta — “cento e sessenta e oito... *um meia oito!*” — até que alguma mulher se levantasse para buscar um saco cuidadosamente embalado.

O lugar se assemelha a um restaurante popular de prato feito, comum em bairros pequenos do subúrbio do Rio de Janeiro. Da porta, porém, não era possível ver claramente a comida já preparada. A certeza de que ali se vendia comida vinha do cheiro forte e do vapor do cozimento, que escapavam do interior do espaço e se misturavam à fila de mulheres à espera.

Embora, à primeira vista, o espaço causasse certa confusão por reunir elementos de casa e de comércio, trata-se claramente de uma pensão. É nesse ambiente que as mulheres encontram meios de transformar a prisão em extensão da casa, por meio da comida fresca, quente e bem temperada, preparada pouco antes da visita. Muitas delas levam alimentos feitos em suas próprias casas; no entanto, para grande parte, a logística da mobilidade urbana torna o transporte da comida um problema. Além disso, para evitar que os alimentos azedem, o preparo precisaria ocorrer durante a madrugada que antecede a visita, o que nem sempre é possível.

Assim, a necessidade de um lugar onde seja possível comprar comida pronta e organizar as bolsas destinadas à visita passa a constituir relações específicas, ainda que os vínculos com a prisão sejam marcados pela incerteza. As pensões localizadas na porta da prisão integram, desse modo, uma economia sustentada por uma urgência cotidiana: garantir comida adequada para levar ao preso. A quantidade de alimento adquirida, muitas vezes, equivale ao consumo diário de uma família inteira, considerando que, em uma mesma visita, podem comparecer mãe e esposa, mãe e tia, ou ainda mãe e sobrinha.

As pensões são espaços domésticos que funcionam de acordo com necessidades domésticas de alimentação e dormitório, e que, em certa medida, cobram valores baixos de hospedagem, em razão da alta demanda e da rotatividade. Os visitantes também habitam esse lugar com frequência e criam laços entre si e com aqueles que gerenciam esses espaços.

Todo comércio no entorno da prisão possui uma relação de dependência com a instituição que define seu funcionamento e, principalmente, suas clientes, por serem elas que compram as mercadorias para levarem até o interior da prisão. As lojas que predominam neste entorno são mercearias, mercados e bares. Durante o campo, a abertura dos comércios antecedia minha chegada, tendo início por volta das sete horas da manhã, com movimento intenso de clientes.

No decorrer das minhas conversas com a dona da pensão durante o trabalho de campo, o temor pela circulação de informações era constante tanto em suas falas comigo, quanto nas falas sobre as mulheres da visita. Tratava-se, sobretudo, de informações que identificassem as mulheres, seus nomes, vínculos e frequência de visitas, ou ainda de relatos sobre eventuais violações das regras impostas no dia de visita. Havia o receio de que tais informações circulassem para além daquele espaço e chegassem à unidade prisional, podendo resultar em punições, suspensão do direito de visita ou constrangimentos junto aos próprios presos.

Em uma das primeiras idas que fiz ao campo, quando perguntei sobre a existência de alguma pensão para as pessoas que vêm de longe visitar seus parentes, me indicaram procurar uma mulher que tinha dormitório na esquina da rua e, logo após terminar o lanche que eu estava comendo, fui até lá. Ao chegar a essa esquina,

identifiquei a cantina que procurava: um espaço estreito, com um balcão e tabelas de preços cujas letras quase se apagavam. Diferentemente do que eu imaginava, uma pensão mais ampla e afastada do fluxo da rua, ali os limites entre cantina, mercearia e hospedagem pareciam se confundir. O espaço estava vazio, habitado apenas por moscas que sobrevoavam as mesas na calçada. Dei meia volta, esperando que minha presença fosse notada, imaginando que a dona do estabelecimento não estivesse muito longe. Logo ela apareceu dizendo: “Em que posso ajudar?”. Falei que estava procurando uma pessoa pelo nome, e ela se apresentou como tal. Me apresentei pelo nome, e identifiquei que estava ali em um primeiro dia de pesquisa sobre as mulheres que visitam o presídio.

Nessa pensão, passei praticamente toda a manhã conversando com a dona e seu marido. Essas conversas me permitiram compreender onde moravam e como administravam a pensão, organizando sua rotina em função da circulação constante das mulheres que ali se hospedavam. O casal disse viver próximo à prisão há muitos anos e possuírem uma casa destinada ao aluguel de quartos para visitantes da prisão. Cobravam, à época da pesquisa, um valor por diária de aproximadamente de vinte a trinta reais. Nessa diária, a hóspede tinha direito ao uso do ar-condicionado, do banheiro com chuveiro elétrico e da copa equipada com fogão e geladeira.

No decorrer da conversa, algumas mulheres desciam a rua, de banho tomado, para entregar a chave do quarto e encerrar sua estadia. O casal perguntava a elas se o chuveiro e o ar-condicionado haviam funcionado bem naquela noite. A estadia parecia ter sido satisfatória para elas. Nesse mesmo bar, o casal oferecia café da manhã, mas nada previamente preparado: ela preparava geralmente a comida sozinha, mas ocasionalmente sua filha ajudava. O marido era quem fazia as entregas a pé pela região, e nos intervalos ia anotando pedidos e fechando todas as contas da clientela. Após entender o funcionamento da pensão e a divisão de trabalho familiar, não obtive informações sobre a prisão e as visitas em si, pois, segundo a dona da pensão, existe um esquivamento mútuo entre o comércio e as mulheres visitantes.

Ao longo desta manhã, as perguntas mais diretas sobre as visitantes da prisão foram todas recebidas com desconforto pela dona da pensão. Repetidamente ela respondeu que não saberia me dizer, ou que não costumava se envolver nesses assuntos mais delicados e pessoais sobre as mulheres que visitavam a cadeia.

Segundo ela, esse é um consenso mantido entre os comerciantes: a maioria não costuma ter vínculo para além da relação de clientela. A circulação de informações costuma ser evitada, para não haver conflitos tanto com a administração prisional, quanto com qualquer facção criminosa. Se alguma informação chegasse aos meios de comunicação, como rádio, TV ou jornal, a administração prisional poderia estabelecer interrupção temporária das visitas, o que ocasionaria um prejuízo para os comerciantes.

Em frente à pensão, há uma mercearia bem grande, com muitos produtos à mostra: potes, vassouras e baldes expostos para a venda. O comércio ali parecia bem específico: só vendia-se produtos permitidos dentro da prisão. Observando as prateleiras dessa mercearia, percebi que os produtos pareciam ser vendidos mais caros do que em supermercados de rede. Esse diferencial de preço parece estar relacionado à demanda urgente que caracteriza os dias de visita, caso não tragam determinados itens de casa, as mulheres acabam comprando ali mesmo, seja pela impossibilidade de retornar, seja para evitar carregar peso ao longo de todo o deslocamento. A urgência, portanto, cria um mercado específico, no qual o tempo e a restrição de mobilidade operam como fatores de encarecimento.

Em minha primeira visita ao local, peguei um pacote de biscoito e me dirigi ao balcão, onde estavam o proprietário e uma funcionária, para realizar o pagamento. Durante o fechamento da conta no caixa, comentei que ali havia produtos que eu nunca havia encontrado, como alguns alimentos fracionados em quantidades específicas. Eles então responderam que a seleção dos produtos se dá segundo as regras da visita. Por exemplo, produtos de higiene parecem ser os que passam pela vistoria mais rigorosa; devem ter a embalagem e o conteúdo transparentes, o que permite que os guardas vejam o conteúdo e liberem os produtos. A embalagem de desodorante não pode ser aerossol por ser inflamável e, também, não pode ser do tipo creme, por ter uma textura densa e coloração branca. Restam, então, as opções de embalagem em modelo roll-on e em gel, ambas com texturas mais líquidas e frascos translúcidos.

Seguindo essa conversa, pude mostrar ao dono, pelo meu celular, que em alguns lugares já existem empresas especializadas em montar kits de alimentos e enviar para os presos na cadeia, o que o deixou curioso e questionador sobre a

qualidade dos produtos. Pelo meu celular, entrei no site de uma das empresas que sigo no Instagram, e ele pediu para que eu montasse um kit ali, simulando uma compra, para que víssemos o orçamento de um kit dessa empresa.

O dono da mercearia me disse que anos atrás ele tinha dormitórios em frente à prisão, que cobrava de dez a quinze reais pelo aluguel dos quartos, mas que, com o passar do tempo, as visitas diminuíram, e que, por isso, manter o alojamento passou a não ser mais tão rentável. Segundo o dono da mercearia, antes da pandemia o fluxo de visitantes era maior e a circulação de dinheiro mais intensa no comércio local. Em sua perspectiva, a criação do PIX, sistema de transferência bancária instantânea implementado em 2020, teria contribuído para a redução desse movimento, uma vez que possibilitou o envio direto de recursos aos presos, diminuindo a necessidade de deslocamento presencial para entrega de valores. Se, por um lado, o comércio do entorno passou a disputar menos essa circulação monetária, por outro, a dinâmica econômica do circuito da visita foi reconfigurada, deslocando parte do consumo para o interior da prisão, onde os preços tendem a ser ainda mais elevados.

Existe uma quantia de dinheiro em espécie, determinada pela administração prisional, que pode entrar com as visitas para ser designada ao preso, visando seus gastos dentro da prisão. O valor era, na época da pesquisa, de duzentos e cinquenta reais. Dentro da prisão há um mercadinho, mercearia, ou algo parecido, até onde entendi na conversa. Mas esses gastos costumam ser evitados devido aos preços altos dos produtos comercializados. Nesse dia, as duas senhoras estavam à procura de alguma visita para entrar com parte da quantia que elas queriam levar além do limite estabelecido. Já estavam levando os duzentos e cinquenta com elas, e queriam alguém para entrar com mais duzentos reais. Elas descreveram que não gostam dessa prática, pois *“nunca se sabe, a gente não conhece as pessoas”*. Mesmo que haja esse clima de desconfiança entre as visitas, elas confiam momentaneamente em outra pessoa para levar o dinheiro. Apesar dessa prática ser sempre evitada ao máximo, quando elas chegam ao pátio procuram pela pessoa em que confiaram. Se acontecer algo, e esse dinheiro não chegar dentro da prisão, não têm providências a serem tomadas. E sobre precisarem novamente desse tipo de ajuda, também evitam pedir sempre à mesma pessoa: primeiro porque já não gostam de pedir e, em seguida, não querem criar esse tipo de laço com as pessoas.

Não somente o dono da mercearia, mas outros comerciantes também descreveram essa mesma impressão de uma redução drástica no número de visitantes. Especificamente, o dono da mercearia me disse que sua pensão lotava de visitantes. Ele descreveu as manhãs em que acordava e ia verificar os quartos: *“quando eu entrava lá, o lixo estava cheio de embalagem de preservativos. Elas entram com droga. Muitas dessas mulheres vêm só para entrar com droga aí dentro”*. O que a fala do dono da mercearia representa é a suposição de que mulheres visitantes entram na prisão portando drogas e celulares em suas partes íntimas, sendo constantemente acusadas como agentes facilitadoras da continuidade do tráfico e outras práticas ilegais no complexo penitenciário. Essa fala abre diversos pontos para discussão dentro do campo, mas, pensando nas dinâmicas que cotidianamente constituem essas relações, irei centrar a atenção nas percepções dos comerciantes locais sobre as articulações das mulheres na visita.

Esse diálogo foi frequentemente interrompido por clientes apressadas que chegavam à porta da loja, visivelmente em busca de uma compra de última hora. É comum observar que as mulheres desembarcam já arrumadas, com suas bolsas organizadas para a entrada na visita. No entanto, frequentemente falta algum item, que elas acabam adquirindo no comércio local. Muitas entram na loja em busca de sacolas transparentes, utilizadas para transferir alimentos e produtos de suas embalagens originais, bem como para retirar cigarros do maço e embalar em sacolas menores.

Uma ou duas mulheres que compraram sacolas neste dia, solicitaram ao dono que escrevesse para elas o nome do destinatário e outras informações que garantissem que a encomenda chegasse à pessoa certa. Depois ele me disse que essa prática era muito comum devido à falta de alfabetização dessas pessoas: *“É assim, tá vendo? A maioria não sabe escrever, não sabem para quem estão levando as coisas, é assim que depois são pegas e nem sabem de nada”*.

Nessas entradas de clientes na loja eu voltava minha atenção aos produtos, e avistei um relógio pendurado na parede que dizia “calma que dá tempo!”. Na hora foi intrigante notar como o tempo poderia ser algo encurtado na vida dessas mulheres que se deslocam logo cedo para aproveitar um dia de visita, e aquilo poderia significar um recado. Voltei ao balcão, quando entrou uma senhora já com um certo nervoso

instalado em si, e sendo bem objetiva acerca do que precisava. “Moço eu quero aquela bolsa ali”, ele atendendo “qual? Tem maior, menorzinha, pode escolher.” ela “ah me dá aí” ele responde “qual senhora? Tem um monte. Qual a cor?” Ela se alterou: “Anda moço! Qualquer bolsa, isso não importa... é qualquer cor, para entrar na cadeia! O que importa é...” e perdeu o fôlego desistindo de ter uma discussão. Ela pagou e foi embora. Ele no caixa resmungou depois que ela foi embora. Voltou ao balcão em minha frente, aonde voltamos a conversa, e ele concluiu “elas são tudo assim, estressadas!”.

3.1 A prisão cria comércio

Se, por um lado, levar comida à prisão constitui uma estratégia para impedir que os homens encarcerados passem fome ou sofram com a desnutrição, por outro, essa prática é atravessada por uma série de impedimentos institucionais. A entrada de alimentos é rigidamente controlada, e os critérios que definem o que pode ou não ser levado variam conforme avaliações e regimes de suspeição que recaem, sobretudo, sobre as mulheres visitantes. O tempo, o dinheiro e o trabalho investidos no preparo da comida frequentemente se perdem diante de barreiras impostas pelos agentes penitenciários, que tratam as marmitas como potenciais veículos de ilícitos, deslocando a prática do cuidado para o campo da desconfiança.

Não é qualquer tipo de comida que pode ser levado durante as visitas. Todos os objetos trazidos à prisão sofrem intensa fiscalização por parte dos agentes penitenciários. Em vista disso, muitas mulheres ficam frustradas em dispensar muito tempo e dinheiro no preparo de alguns alimentos que são barrados na entrada das unidades prisionais.

A comida só entrava em dia festivo: no dia das mães, na páscoa. Comida mesmo de casa: arroz, feijão, frango... e nem era todo tipo de comida. Porque tinha comida recheada, como era o empadão que não podia entrar. Uma lasanha não podia entrar, porque eles achavam que tava levando droga ali dentro. O bolo tinha que ser todo cortado, fatiado. Uma das vezes, quando era bolo recheado, eles não deixavam entrar. Já aconteceu de eu voltar com bolo recheado devido eu não cortar, porque eles acharam que no meio do recheio tinha alguma coisa. É um absurdo. E é até hoje, um absurdo (Entrevista com mulher de preso). (Duarte, 2013, p 634)

Esses impedimentos institucionais não apenas restringem o cuidado exercido pelas mulheres, como também reorganizam a forma pela qual a comida circula no

entorno da prisão. Ao impor critérios rígidos e frequentemente alterados, como mudanças repentinas na lista de itens permitidos ou o endurecimento das revistas após supostas infrações cometidas por alguma visitante, a administração penitenciária produz um regime marcado pela suspeição e pela instabilidade. Essas variações, que podem ocorrer de uma semana para outra e atingir coletivamente todas as mulheres, deslocam parte do trabalho de preparo dos alimentos para fora do espaço doméstico, gerando demanda constante por comidas prontas, insumos específicos e serviços adaptados às exigências da visita. Nesse contexto, o comércio do entorno consolida-se como extensão das práticas domésticas, convertendo o cuidado em circuito econômico cotidiano.

Como argumenta Eugenia Motta (2016), as trocas cotidianas de dinheiro, objetos e, sobretudo, de comida revelam o entrelaçamento entre práticas econômicas e práticas familiares, conformando configurações de casas que se estendem para além de uma unidade doméstica isolada. Nesse processo, são as mulheres que assumem papel central, ao colocar em movimento grande parte desses circuitos e garantir a manutenção dos vínculos considerados familiares.

(...) A observação do cotidiano, e da circulação de coisas, substâncias e pessoas entre casas mostra um luxo permanente que as mantém em relação. Estas conexões, porém, não são todas iguais, existindo assimetrias, obrigações e moralidades específicas. As trocas cotidianas de dinheiro, objetos e especialmente de comida são um segundo aspecto que permitirá compreender como práticas econômicas e práticas familiares – aquelas por meio das quais os laços concebidos como familiares são construídos – estão entrelaçadas e conformam a configuração de casas. Como mostrarei, as mulheres são as protagonistas destas práticas ao colocarem em movimento grande parte destes circuitos. (Motta, 2016, p 199)

Esse comércio local se organiza em função das exigências impostas pela visita prisional. A necessidade constante de adquirir bens autorizados estrutura a oferta de produtos no entorno da prisão. Alimentos, recipientes e produtos de higiene sustentam uma demanda contínua, fazendo com que vender para a prisão se torne uma atividade estratégica para famílias que vivem em territórios marcados pela precariedade habitacional, pelo desemprego e por limitações severas de mobilidade urbana.

Nesse contexto, as casas são reformadas e reorganizadas para atender a essas demandas comerciais. Há um circuito econômico que se estrutura a partir das

mulheres que levam bens e recursos até o interior da unidade. Enquanto houver prisão, haverá fluxo de visitantes e, conseqüentemente, demanda, o que torna essa economia relativamente estável e fonte de sustento para as famílias que habitam a região.

Por isso, a circulação do dinheiro participa desta análise. Motta (2023) articula a ideia do “dinheiro da casa” em sentido da renda familiar e suas necessidades básicas. A gestão desse dinheiro revela que a casa não se organiza como uma unidade isolada, mas como uma rede mais ampla de interdependências, na qual diferentes usos do dinheiro são regulados por moralidades específicas. Como aponta a autora, as formas de receber e gastar dinheiro conformam circuitos distintos, envolvendo tipos específicos de pessoas, objetos e práticas, produzindo separações que atravessam o espaço doméstico.

Partindo do dinheiro da casa, serão discutidas, na segunda parte do texto, variadas formas de usar o dinheiro e as maneiras como participam na configuração de casas. A gestão cotidiana do dinheiro se afasta da ideia da casa como unidade isolada e de uma organização a partir de entradas e saídas globais. O dinheiro da casa é usado para sustentar a vida daqueles que a ela pertencem e também a relação com outras casas. Os usos e as interdições de uso são cercados de moralidades. Tratarei também de um tipo de separação que ocorre por meio da identificação entre formas de receber e de gastar dinheiro, que conforma circuitos em que participam tipos específicos de pessoas e objetos. (Motta, 2016, p 199)

Eugênia Motta (2016) ouve de uma interlocutora durante sua pesquisa, uma fala que associa o comércio à prisão, os trabalhadores comerciais se sentem aprisionados à dependência econômica do seu trabalho e que esse trabalho seja o suficiente para o sustento da família, é preciso sacrificar tempo e disposição.

O medo de que seu filho se torne “bandido” é um dos motivos pelos quais mães passem a exercer atividades perto ou dentro de suas casas, abandonando empregos e atividades que seriam consideradas mais estáveis, como é o caso de uma mulher que conheci, professora formada, que dava aula numa escola próxima. Hoje, tem uma loja e me disse que o comércio é “uma prisão de portas abertas”, mas que precisa manter seu menino nas suas vistas. (Motta, 2016, p 206)

O exemplo acima mostra que, trabalhar aprisionada a um comércio sustentado pela prisão aparece como uma estratégia necessária para garantir o sustento da família e, ao mesmo tempo, evitar que falte aquilo que ela considera fundamental para manter

o filho fora do crime. O comércio, ainda que vivido como uma “prisão de portas abertas”, permite permanecer próxima de casa, acompanhar o crescimento do filho e exercer uma vigilância necessária e constante sobre sua circulação. Nesse sentido, a dependência econômica em relação à prisão não é apenas uma condição estrutural, mas também uma escolha moralmente orientada, na qual o sacrifício do próprio tempo e da própria disposição se justifica como forma de proteção e prevenção. Nesse sentido, o comércio no entorno do Complexo Penitenciário depende diretamente da circulação cotidiana de pessoas, sobretudo mulheres, que visitam a prisão, sendo elas as principais responsáveis por sustentar o movimento econômico que organiza esse território.

Sobre as relações de confiança que são estabelecidas, como nas relações das mulheres ao pedir para entrar com dinheiro na prisão:

As casas que se relacionam a uma casa não se relacionam da mesma maneira. No dia em que o comércio estava fechado, Maria deu prioridade a ir a certas casas antes e a outras depois, e a ordem das visitas seguiu a ordem de proximidade que Maria percebe em relação às casas. Ao mesmo tempo, o empréstimo para Geralda mostrou que existem diferenças em relação ao valor do que pode ser emprestado dependendo da proximidade que as pessoas percebem que existe entre elas. (Motta, 2016, p 202)

A pressa das mulheres gera um clima de urgência pelas compras, o ensaque de mercadorias, que no início da manhã era paciente e seletivo quanto a organização das bolsas, vai sendo acelerado, as bolsas começam a ser entulhadas de objetos de última hora, o tempo acelera, ele se torna curto e precioso. Os comerciantes ao mesmo tempo que perdem a paciência com a clientela se aproveitam do melhor momento para o lucro com as vendas.

A pressa nesse contexto se dá exclusivamente pelo medo de perder sua vez na hora da chamada para entrada conforme a distribuição de senhas para visita. Uma senhora bem baixinha é a responsável pela distribuição e chamada das senhas, não tendo muito trabalho em organizar a fila, pois as mulheres à medida que vão sendo chamadas pelas senhas enumeradas se organizam e vão procurando seu lugar na fila.

Uma característica muito forte do comércio local é a praticidade a qual são ofertados alguns alimentos e deixam isso de forma bem exposta na porta das lojas, saladas, sanduíches, sobremesas e bolos, todas ensacadas conforme as regras de

embalagem da prisão. Se a cliente for um pouco paciente, existe uma alta disponibilidade de produção de alimentos conforme demanda, como no quiosque são vendidos sucos e vitaminas, feitos na hora.

Os guarda volumes também são especiais para o momento da visita, pois ali são deixadas malas e bolsas, as quais não ficam trancadas, são armazenadas em um contêiner que aparenta um dia ter funcionado ali uma banca de jornal e distribuídas em prateleiras visíveis. Curioso ver o grau de confiabilidade em guardar as malas em um território com diversas desconfianças presentes, deixam-se malas com celulares e pertences pessoais enquanto se está na visita e pega-se de volta no momento de saída da visita.

3.2 Mulheres estressadas

A insistência em interrogar os motivos pelos quais as mulheres vão à prisão revela menos sobre suas práticas do que sobre os regimes morais que as enquadram. Ao atravessarem os portões das unidades prisionais, essas mulheres passam a ser lidas sob uma chave de suspeição: podem ser vistas como criminosas, colaboradoras do crime organizado, excessivamente sexuais ou emocionalmente desajustadas. Independentemente da motivação concreta da visita, seja cuidado, afeto, obrigação familiar ou sobrevivência, seus corpos são interpretados como corpos que excedem: excedem no cuidado, no crime ou no sexo. Esse excesso produz um estigma profundo que opera tanto pelo silenciamento quanto pela indiferença, tornando essas mulheres pouco ou nada reconhecidas como sujeitas legítimas.

As motivações as quais as mulheres visitam o marido na prisão podem ser das mais diversas possíveis, mas o juízo de valor que acontece coletivamente, e até entre elas mesmas, sempre recai sobre aspecto a respeito da sexualidade feminina. Como também visto no trabalho de Adriana Fernandes (2019) sobre a vida das mulheres em abrigos, estas são acusadas de “amarem” demais, serem muito emocionadas ou questões parecidas que as irracionalizam.

Esse corpo feminino que “se excede” estrutura práticas institucionais e políticas de gestão da vulnerabilidade feminina. É o que demonstra Adriana Fernandes (2019) em sua análise sobre mulheres que circulam entre rua, abrigo e relações afetivas

marcadas pela instabilidade, mostrando como determinadas condutas são classificadas a partir de uma lógica que associa excesso e desvio e ameaça à figura da mulher dedicada à família. Ao mapear falas de profissionais e agentes envolvidos no acolhimento dessas mulheres, a autora evidencia como o cuidado, o desejo e a mobilidade feminina são constantemente reinterpretados como sinais de risco moral.

Esse corpo feminino que se excede (Guimarães, 1996), demoníaco (Bretas, 1997), assombroso (Butler, 2014) e que é desde sempre uma ameaça ao ideário da mulher dedicada: “(...) elas largam tudo para ir atrás de homem”, “(...) amam demais”, “(...) só querem mamar pau na Central”, “(...) deixam filhos e família e vão para seguir homem na rua”. Nas palavras também de Flora: elas têm no abrigo “a chance de se levantar”, “(...) porque fica ali quem está querendo seguir, não fica quem está querendo sacanear; a gente agiliza os documentos para elas se reestruturarem”. (Fernandes, 2019 p. 749)

As mulheres do abrigo pesquisado por Adriana Fernandes estariam em situação de vulnerabilidade por conta das projeções elaboradas para si mesmas como um projeto de vida de se reerguer, reerguer o marido e a família. Aguardar o cumprimento da pena do companheiro não se trata apenas de esperar, mas de sustentar um projeto de recomposição familiar. Nesse processo, reconfigura-se sobretudo a posição da mulher como mãe e responsável pela continuidade do núcleo doméstico. Nesse sentido, contar com um parceiro, esteja ele preso ou não, e independentemente de sua ocupação, opera como forma de proteção material e emocional em contextos de vulnerabilidade. Como argumenta Fernandes (2019), em situações marcadas pela precariedade, a presença de um “marido” pode funcionar como garantia de cuidado, segurança e estabilidade, ainda que também implique formas de enquadramento e controle sobre o corpo feminino.

A produção da prisão como um espaço insalubre também pode ser compreendida como parte de uma racionalidade institucional que evita oferecer condições de conforto em sua infraestrutura. Tal lógica parte da premissa de que indivíduos em situação de vulnerabilidade não deveriam depender dessas estruturas para viver, sendo o desconforto interpretado como um incentivo para construírem suas próprias condições de existência, em oposição à dependência das políticas públicas de assistência. Fernandes (2019) chama atenção para essa perspectiva ao registrar a recorrência da frase “Aqui não é hotel”, frequentemente mobilizada por funcionários

e assistentes sociais em abrigos. Dinâmicas semelhantes de manutenção da precariedade podem ser observadas no contexto prisional.

Se o corpo feminino que circula no entorno da prisão é reiteradamente enquadrado como um corpo que se excede no cuidado, no desejo ou na presença, o nervoso que atravessa o cotidiano dessas mulheres não pode ser lido como traço individual ou descontrole emocional. Nas filas que antecedem a entrada, na pressa para organizar os alimentos, na preocupação constante em não esquecer documentos ou objetos proibidos, no temor da revista e da possibilidade de humilhação pública, o nervoso aparece como uma disposição corporal produzida por esse ambiente de vigilância e incerteza. Como argumenta Camila Fernandes (2019), ele emerge como resposta situada às exigências contínuas impostas às mulheres responsáveis pelo cuidado, especialmente em contextos marcados por escassez, controle e urgência. Nesse sentido, o nervoso não se opõe à moralidade que acusa o excesso, mas constitui efeito direto de um regime que exige presença constante, disponibilidade afetiva e gestão exaustiva do tempo, ao mesmo tempo, em que deslegitima essas mesmas práticas.

Embora as mulheres sejam frequentemente acusadas de disruptivas, desordenadas ou excessivas, muitas dessas mulheres mobilizam, em suas próprias expectativas, projetos alinhados a uma idealização familiar normativa.

É nesse ponto que este trabalho dialoga com as análises de Camila Fernandes e Adriana Fernandes: em diferentes contextos, em condições precárias ou no abrigo, a família aparece como horizonte de recomposição moral, estabilidade e reconhecimento social. Assim como nos estudos dessas autoras, observa-se nesta pesquisa que o investimento no vínculo conjugal e na maternidade não opera apenas como reprodução de uma norma, mas como estratégia de reorganização da vida em contextos marcados por precariedade e vigilância.

Casamento, maternidade, casa e estabilidade aparecem como projetos de reorganização da vida. Essa tensão entre a acusação de disruptão e o esforço de recomposição moral revela como o corpo feminino, ao mesmo tempo, em que é lido como ameaça, busca incessantemente reinscrever-se em modelos legítimos de cuidado, família e pertencimento.

É tentando escapar das vozes que insistem em lhe visitar, que Brenda busca deixar a cocaína, parar com tudo, e faz planos para morar com Chaveirinho, que conheceu no abrigo da Ilha do Governador. Ela o chama de marido, diz que ele quer ter um filho seu, bem como desejam alugar uma casa no bairro de Santa Cruz, zona oeste da cidade, cerca de 80 quilômetros do abrigo onde estávamos. Brenda se recupera de uma internação de 10 meses, por conta de uma tuberculose. Por conta da tuberculose diz que lhe sobrou 10% de um dos pulmões. Vivia na Av. Brasil após largar o trabalho como endoladora de drogas na Fazendinha, Bonsucesso (na zona norte, bem próximo ao centro, conhecido pelos tiroteios, pela presença de facções e de incursões policiais). Gosta agora de escutar “louvores”, “esses do Irmão Lázaro e da Elaine [Martins/ex-ADUD, Assembleia de Deus dos Últimos Dias]”. “A minha estória está todinha nesse louvor”. Tenta fazer com que eu escute, mas o rádio que ganhou de Chaveirinho e que ela feliz leva no quadril, falha; anoto os nomes dos cantores e digo que vou procurar na internet. “Porque meu problema é a-bs-ti-nência” – diz alto, soletrando lentamente cada sílaba. “Tenho problema de nervos, sabe?” (Fernandes, 2019 p 751)

A circulação das mulheres no entorno da prisão é estruturada a partir de práticas econômicas diretamente relacionadas ao preparo da visita. Observando o cotidiano e os fluxos de pessoas e objetos entre casas, permite-se compreender como essas circulações produzem conexões permanentes, ainda que marcadas por assimetrias, obrigações e moralidades específicas. Essa dimensão afetiva da comida no contexto prisional é discutida por Thais Duarte (2013), que analisou o preparo e o envio de alimentos pelas mulheres como práticas centrais na manutenção dos vínculos conjugais durante o encarceramento. Ao examinar o trabalho envolvido na compra, no preparo e no transporte da comida até a prisão, a autora demonstra como o alimento assume um papel que excede a nutrição:

Todo esse esforço em comprar, preparar e levar o alimento à prisão se dá, em parte, pelo fato de a comida ser um veículo para a criação de vínculos de intimidade entre a mulher e seu companheiro preso. Para além disso, os sentimentos de amor, fidelidade e compaixão se materializam nas comidas e são trocados nos dias de visita aos detentos. A comida se torna, pois, um elo condutor na relação entre a mulher e o preso, já que funciona como uma espécie de ponte entre o mundo material e sentimental familiar. De fato, há pessoas que levam os alimentos nos dias de visita sem se preocupar em transmitir os sentimentos em questão, já que objetivam garantir, sobretudo, a saciedade física do preso. Já nessas situações a comida apresenta um enorme valor no cárcere, pois garante um bem-estar físico ao preso. No entanto, para todas as mulheres entrevistadas, a atitude de preparar e levar a comida tinha um significado adicional justamente pelo fato de o alimento adquirir uma carga emocional diferente daquela que teria se tivesse sido produzido para ser consumido em uma refeição comum. (Duarte, 2013, p 632)

Considero que as bolsas de comida e mantimentos das mulheres ao irem visitar a prisão simbolizam a casa em alguns aspectos partindo de uma noção materialista sobre presença e cuidado. A comida não apenas supre necessidades básicas, mas transporta relações e vínculos, funcionando como um meio pelo qual a casa continua a existir no cotidiano do cárcere. É nesse sentido que o preparo e o envio dos alimentos ultrapassam a dimensão da subsistência e se inscrevem como práticas de cuidado.

3.3 O tempo do Cuidado e as mulheres nervosas

A cena que presenciei na mercearia, com a senhora apressada para comprar a bolsa, não é um caso isolado, mas exemplifica a constante disputa dessas mulheres na gestão do tempo. Elas buscam agilizar as atividades fora da prisão para maximizar o tempo disponível com os presos. Durante o desembarque, seja de vans, ônibus ou veículos de aplicativos, é evidente a pressa com que chegam, mesmo antes da abertura dos portões para a visita. No tempo que estive na loja, muitas mulheres passaram, em um movimento muito claro e objetivo, em busca do que faltava para entrarem na visita. Elas desembarcavam, acendiam um cigarro, e já adentravam a loja fazendo o pedido no balcão.

Notar a dinâmica dos horários de chegada das mulheres nesse contexto foi fundamental para pensar o trabalho do cuidado das mulheres com sua família que, nesse instante, se soma às responsabilidades com o marido preso. Esse tempo é desigual quando comparado ao tempo dos homens. As mulheres adquirem uma noção do tempo na qual são requisitadas a se dividirem, tentando se multiplicar entre o tempo de suas vidas cotidianas e o tempo da prisão.

Para discussão dessa dinâmica temporal das mulheres, utilizo o trabalho de Camila Fernandes (2018) intitulado “O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade” que aborda a disputa do tempo das mulheres em contextos periféricos na busca por melhores condições de vida. A autora aponta que as mulheres adquirem uma noção do tempo na qual são requeridas a se dividirem entre o tempo de ir em busca de trabalho formal e qualificação profissional, enquanto se dedicam ao

trabalho do cuidado. Nessa dinâmica ocorre uma disputa nomeada por Fernandes (2018) como o “correr atrás” e o “tempo para os outros”, no sentido das adequações que as mulheres precisam fazer na gestão do seu tempo na dependência que adquirem ao necessitarem de serviços públicos educacionais, como creches, e de suas redes de apoio à maternidade, como pais e avós.

Entendendo então que homens e mulheres utilizam o tempo de maneiras distintas (Fernandes, 2018), e que estas diferenças são fundamentais para compreender o custo do tempo das mulheres. Situo essa abordagem para pensar nas adequações que protagonizam meu campo: enquanto os homens passam o tempo na prisão, na dinâmica das visitas, as mulheres agenciam seu tempo no propósito de “dar conta” da casa, trabalho, filhos e prisão.

O caso das mulheres nervosas, ao lidarem com o tempo e o cuidado descrito por Fernandes, ajuda a pensar o nervoso das mulheres de presos e o alvoroço em que elas causam no comércio ao chegarem com pressa antes da visita aos presos. Quando o comerciante aponta que as clientes da mercearia são todas estressadas, isso pode traduzir o nervoso persistente das mulheres ao lidarem com uma rotina exaustiva agenciando o tempo do cuidado.

A antropóloga Camila Fernandes também faz uma leitura sobre as mães pobres da periferia carioca, ao lidarem com sobrecargas emocionais derivadas da gestão exaustiva das responsabilidades e vulnerabilidades sociais. Considerando esses fatores, as mulheres entram em um estado de nervoso violento que as levam a serem consideradas um exemplo de comportamento desviante, sendo elas assim chamadas de “figuras de causação” (Fernandes, 2021).

A análise da autora sobre o nervoso de mulheres pobres é tratada como um efeito de condições de violência vividas em contextos periféricos, principalmente no que diz respeito à ausência do Estado como provedor de direitos e de homens como provedores de cuidado. No entanto, na escuta das minhas interlocutoras, as faltas percorridas acima são evocadas a partir de alusões sobre “ausências” masculinas de figuras de cuidado geralmente associadas à posição de paternidade de homens. Ao mesmo tempo, a “ausência” aparece a partir da “falta de um Estado” provedor de direitos. Essas faltas, de homens e de “Estado”, obrigam mulheres a se desdobrar de

mil e uma formas para tornar seus mundos seguros e livres de tirania. As presenças femininas são narradas a partir de mulheres que devem “dar conta de tudo”. Tal necessidade de hiper presença é uma das linhas significantes na explicação do “nervoso” feminino atribuído a determinadas mulheres localizadas pela moralidade local como “nervosas” e “agressivas” (Duarte, 1988). (Fernandes, 2018, p. 211).

Entretanto, o nervoso não é compreendido somente como um reflexo explosivo desses cenários, mas como combustível de sustentação de estratégias de proteção e cuidado assumidas por essas mulheres. Nesse sentido, a autora escreve que:

Ao refletir sobre o território demandante do cuidado, é preciso suspender o ideal de amor romântico e todos os correlatos idealizados sobre formas corretas de educação, pois em algumas situações, os castigos das crianças são uma das formas de garantir a linha de vida das famílias pobres, negras e periféricas. [...]. Entretanto, é necessário destacar que essas dinâmicas não excluem as formas de acolhimento entendidas socialmente como cuidados; os sistemáticos gestos de atenção, amor e carinho que essas mulheres experienciam com seus filhos e outras crianças. Essas são mulheres guardiãs da vida e da proteção infantil nas comunidades periféricas, apesar de todas as forças de morte que atuam nos territórios de favela.” (Fernandes. 2021. p. 174)

Voltando à discussão sobre o nervoso presente nos cotidianos das mulheres de presos, encontro em Fernandes (2018) um caminho para pensar como a exaustão e a sobrecarga do exercício do cuidado mobilizam esse nervoso e dão a ele um espaço importante também na manutenção sobre como esses cuidados serão modulados. Bem como a forma pela qual esse nervoso age em seus comportamentos e reforça estereótipos sobre essas mulheres.

O que Fernandes (2018) evoca como “descompromisso masculino”, aparece em Lopes (2011) como as formas de sobrevivência dos homens em seguir uma carreira em meio aos ilegalismos. A discussão feita por Lopes (2011) aponta que as facções criminosas operam no geral como carreiras profissionais possíveis para um conjunto de homens periféricos, jovens, racializados e pobres, que experienciam a presença violenta do Estado em seus territórios, e as precariedades dos serviços básicos em saúde, educação e moradia. Jovens que projetam ser bandido como uma subversão do destino de ser pobre e discriminado, manejando poderes ilegais, com um objetivo de oferecer melhores condições às suas famílias. Então, ser bandido, no contexto das periferias, significa conquistar um poder, respeito, sendo um caminho

seguido por esses jovens como uma carreira, na qual não é possível conciliar estudos e trabalho formal. Ser bandido significa a possibilidade maior de conseguir sustentar uma família do que trabalhando formalmente. O jovem se torna um salvador da favela por defender seu território (Lopes, 2011).

O percurso etnográfico apresentado neste capítulo permite compreender que casa, comércio e prisão não se organizam como esferas separadas, mas como dimensões mutuamente implicadas na vida dessas mulheres. As bolsas que carregam, os alimentos cuidadosamente ensacados, o dinheiro contado e repartido, as roupas escolhidas segundo critérios rígidos e mutáveis são expressões materiais de um trabalho cotidiano que desloca a casa para o interior da prisão. Ao mesmo tempo, esse deslocamento só se torna possível porque há, no entorno da unidade prisional, uma rede de pensões, mercearias, quiosques e guarda-volumes que traduzem exigências institucionais em mercadorias específicas. O cuidado, assim, não se limita ao vínculo afetivo com o preso, mas ativa circuitos econômicos locais, reorganiza casas que se tornam também estabelecimentos comerciais e produz uma economia sustentada pela urgência da visita. A prisão, longe de ser um espaço isolado, irradia efeitos que reconfiguram rotinas domésticas, usos do dinheiro e formas de trabalho feminino para além de seus muros.

Nesse processo, as mulheres ocupam posição central. São elas que acordam de madrugada, planejam deslocamentos, enfrentam filas, suportam revistas, administram a escassez e negociam com comerciantes e com outras visitantes. São também elas que lidam com o estigma que as enquadra como excessivas, cúmplices ou moralmente desviantes, ao mesmo tempo, em que investem em projetos de recomposição familiar e estabilidade. O “nervoso” que atravessa suas falas e gestos, a pressa na compra da bolsa, o receio de perder a senha, o medo de ter um alimento descartado, não é traço individual, mas efeito de um regime de controle que exige delas disponibilidade permanente e vigilância constante sobre si mesmas. Entre a acusação de desordem e o esforço de manter a ordem da casa, essas mulheres produzem, cotidianamente, formas de sustentar vínculos e garantir condições mínimas de dignidade aos homens presos, ainda que isso implique sobrecarga física, emocional e financeira.

Por fim, observar o comércio no entorno da prisão permite deslocar o olhar da figura isolada da “mulher de preso” para uma rede mais ampla de interdependências. Comerciantes que dependem do fluxo das visitas, casas que se tornam “prisões de portas abertas”, relações de confiança pontuais para entrada de dinheiro além do limite permitido, tudo isso compõe um circuito moral e econômico estruturado pela existência da prisão. Enquanto houver encarceramento, haverá também esse trabalho invisibilizado de levar a casa até o cárcere. Casa, comércio e cuidado formam, portanto, um mesmo arranjo: uma economia moral do cuidado feminino que sustenta, simultaneamente, a vida dentro e fora dos muros, revelando como o sistema prisional se apoia, silenciosamente, no trabalho contínuo dessas mulheres.

Este capítulo buscou demonstrar como casa, comércio e prisão se articulam na produção de uma economia moral da visita. As atividades desempenhadas pelas mulheres revelam que o cuidado exercido no contexto do encarceramento ultrapassa a dimensão afetiva e se materializa em práticas que mobilizam tempo, dinheiro e trabalho. Nesse processo, a casa se desloca simbolicamente para o interior da prisão, ao mesmo tempo em que o comércio local passa a funcionar como extensão das demandas domésticas produzidas pela visita. A prisão, portanto, não se limita a reorganizar a vida dos homens encarcerados, mas também estrutura circuitos econômicos e práticas de cuidado que atravessam o território e o cotidiano das mulheres que permanecem do lado de fora. Ao evidenciar essas dinâmicas, o capítulo mostra que a manutenção da vida no cárcere depende, em grande medida, do trabalho cotidiano dessas mulheres, cujo esforço sustenta tanto os vínculos familiares quanto os circuitos materiais que conectam casa e prisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, busquei compreender como o encarceramento se articula a um circuito mais amplo de gestão da precariedade, no qual prisão, rua e políticas de segurança operam de forma contínua. A análise mostrou que o cárcere não representa uma ruptura com a violência estatal, mas antes sua reorganização. Operações policiais de grande escala, como a chamada “Megaoperação Contenção”, evidenciam que a prisão se insere em uma política mais ampla de controle e extermínio, na qual a morte pode ocorrer tanto nas ruas quanto dentro dos muros institucionais.

Para além da atuação policial nas periferias cariocas, as políticas de segurança agem em detrimento do encarceramento em massa, fenômeno que lota as prisões e é através da estrutura propositalmente precária que o Estado regula as formas de gestão da vida destas populações, impondo condições de vida que afetam diretamente a sobrevivência dos homens presos. Nesse sentido, o Complexo Penitenciário do Gericinó possui suas peculiaridades devido uma estigmatização do território do qual ocupa, pelo fato do território exercer forte influência sobre o fluxo de

pessoas e sobre a dinâmica do mercado comercial da região. Um exemplo disso é a circulação regular de vans no trajeto Bangu–presídio, bem como o comércio da região, que passa a se organizar em função das demandas específicas da prisão, como a venda de produtos permitidos para entrada nas unidades.

A partir da falta de alimentos e de higiene básica que deveria ser fornecidos aos presos pela instituição, surge o deslocamento das mulheres em cuidado na manutenção da vida de seus vínculos afetivos. As mulheres visitam a prisão porque cuidam, alimentam, organizam e negociam. Cumprem um papel afetivo e relacional, na medida em que expressam o desejo pelo retorno do homem ao núcleo familiar. Se esses homens são frequentemente tratados como indesejados pelo Estado e pela sociedade, eles permanecem desejados por essas mulheres, que mobilizam tempo, recursos e energia na expectativa de sua reintegração à vida doméstica.

Logo as mulheres passam a visitar a prisão e isso começa a ditar suas rotinas, que são reorganizadas em função do preparo para a visita. Esse movimento constante produz fluxos intensos entre casa e prisão. As rotinas dessas mulheres passam a ser reorganizadas em função da visita: acordar cedo, preparar alimentos, organizar objetos permitidos, enfrentar longos deslocamentos e filas. Como demonstrado ao longo do segundo capítulo, o encarceramento captura o cotidiano feminino, estruturando temporalidades e práticas que passam a girar em torno do calendário prisional.

A pesquisa também evidenciou uma ambivalência fundamental da experiência prisional. Para algumas famílias, o encarceramento pode representar uma forma temporária de proteção diante do risco iminente de morte nas ruas ou em operações policiais. No entanto, esse aparente abrigo não elimina o perigo, apenas o desloca. A prisão se configura, portanto, como um espaço simultaneamente marcado pela possibilidade de sobrevivência e pela produção sistemática de morte.

Ao observar as práticas que antecedem e compõem o momento da visita, tornou-se possível perceber como essas mulheres mobilizam estratégias para transformar a prisão em uma extensão da casa. Um dos exemplos mais expressivos é o preparo da comida fresca, quente e bem temperada, preparada pouco antes da visita. Ainda que esses alimentos frequentemente passem por processos de

fiscalização e violação na entrada das unidades, eles carregam algo que ultrapassa sua dimensão material. A comida transporta relações, memórias e afetos, funcionando como um meio pelo qual a casa continua a existir dentro do cotidiano do cárcere. Se a prisão administra a vida e a morte de homens encarcerados, ela também reorganiza profundamente a vida das mulheres que permanecem do lado de fora. Deslocamentos longos, filas, preparação de alimentos, envio de itens por meio do jumbo e acompanhamento de processos jurídicos passam a compor um conjunto de atividades que exige planejamento constante, recursos financeiros e resistência física.

Nesse sentido, o preparo e o envio de alimentos não dizem respeito apenas à subsistência, mas constituem práticas fundamentais de cuidado. Esse cuidado, contudo, raramente é nomeado nesses termos pelas próprias interlocutoras. Muitas vezes ele aparece naturalizado em frases simples, como “tem que vir, né”. Ao acompanhar essas falas e práticas, tornou-se evidente que o cuidado não se restringe ao espaço doméstico tradicional, mas se desloca para a rua, para as filas e para o próprio entorno da prisão.

Essa movimentação também revela a existência de uma economia que ultrapassa o valor monetário das atividades realizadas. A preparação de alimentos, o transporte de objetos e o tempo dedicado às visitas mobilizam recursos materiais e emocionais que se inserem em uma economia moral do cuidado.

Ao longo do campo, também se tornou evidente a centralidade das mulheres na sustentação dessas dinâmicas. Embora minha observação inicial estivesse voltada principalmente às esposas e namoradas dos presos, o campo revelou a presença significativa de mães, tias e outras familiares. Durante o período em que estive acompanhando as filas de visita, não identifiquei homens aguardando para entrar nas unidades prisionais. Essa ausência masculina reforça o papel das mulheres como principais responsáveis pela manutenção dos vínculos materiais, afetivos e morais entre a prisão e o mundo exterior.

Ao mesmo tempo, essas mulheres também passam a ser moldadas pela própria experiência prisional. Seus comportamentos, roupas e formas de interação são atravessados por regras explícitas e implícitas que regulam o ambiente das visitas. Não raro, são vistas sob uma chave de suspeição, podendo ser interpretadas como

colaboradoras do crime, excessivamente emocionais ou socialmente desviantes. A prisão, portanto, não administra apenas a vida dos homens encarcerados, mas também reorganiza e estigmatiza a vida das mulheres que permanecem do lado de fora.

Outro elemento que marcou profundamente esta pesquisa foi o silêncio que atravessa muitas dessas experiências. Em diversas situações de campo, as mulheres falavam pouco sobre suas trajetórias ou sentimentos. No entanto, esse silêncio não indicava ausência de histórias, mas, ao contrário, a presença de múltiplas experiências que compõem seu cotidiano. Diante disso, a escrita etnográfica tornou-se um recurso fundamental para registrar os detalhes, cenas e interações que, muitas vezes, permanecem não ditos, mas estruturam profundamente a vida ao redor da prisão.

Por fim, esta pesquisa também revela limites e caminhos possíveis para investigações futuras. Um aspecto que merece maior aprofundamento diz respeito aos custos econômicos envolvidos na realização das visitas. Ao longo do campo, tornou-se evidente que transporte, alimentação, itens enviados aos presos e outros gastos representam um peso significativo para mulheres que frequentemente já enfrentam condições de desigualdade econômica. Compreender de que forma essas mulheres conseguem sustentar essas despesas constitui um ponto relevante para pesquisas futuras.

Apesar desses limites, a etnografia realizada permitiu evidenciar como a prisão ultrapassa seus próprios muros, reorganizando territórios, economias e rotinas. Mais do que um espaço isolado de punição, o cárcere se revela como um dispositivo que produz circuitos de circulação, práticas de cuidado e formas específicas de organização da vida social. Nesse processo, as mulheres que visitam a prisão desempenham um papel central, sustentando, muitas vezes de forma silenciosa, as condições mínimas de sobrevivência de homens encarcerados e os vínculos que mantêm viva a possibilidade de retorno à vida fora dos muros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIONDI, Karina. **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC**. p. 1–63, 2009.
- BRITO, João Felipe Pereira. **Terras quentes reinventadas: a criação do bairro Gericinó como parte de transformações urbanas do bairro Bangu**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes: etnografías comparadas**. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 19–52, 2008.
- DAVIES, Frank Andrew et al. **Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”**. 2015.
- DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. **Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas**. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 36, 2020.
- DUARTE, Thais Lemos. **Intimidade no cárcere: perfil dos presos cadastrados para realizar visitas íntimas no Rio de Janeiro**. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 3, p. 607–640, 2014.
- DUARTE, Thais Lemos; CHAVES, Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. **Cumprindo pena juntos**. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, 2020.

FERNANDES, Camila. **Mães nervosas: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares.** In: *Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo*. Porto Alegre, 2018.

FERNANDES, Camila. **O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade.** In: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima (orgs.). 2018. p. 297–320.

FERNANDES, Camila. **A força da ausência: a falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela.** *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, p. 206–230, 2021.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação: as novinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos.** Rio de Janeiro: Telha, 2021.

GODOI, Rafael. **Experiência da pena e gestão de populações nas penitenciárias de São Paulo, Brasil.** *Etnográfica*, v. 21, p. 27–48, 2017.

LAGO, Natália Bouças. **Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão.** *Aracê – Direitos Humanos em Revista*, v. 4, n. 5, p. 35–53, 2017.

LAGO, Natália Bouças do. **Dias e noites em Tamara: prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”.** *Cadernos Pagu*, n. 55, 2019.

LOPES, Natânia Pinheiro de Oliveira et al. **Os bandidos da cidade: formas de criminalidade da pobreza e processo de criminalização dos pobres.** 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução.** In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. **Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle.** In: MELO, Juliana; SIMIÃO, Daniel; BAINES, Stephen (orgs.). *Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade*. Natal: EDUFRN, 2016.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. **Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas.** *Ponto Urbe*, n. 21, 2017.

MIAGUSKO, Edson; JARDIM, Fabiana A. A.; CÔRTEZ, Mariana M. **Governo, subjetividades e gestão de populações: balanço e perspectivas analíticas.** *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, 2018.

MILLER, Daniel. **Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social.** Blog do Sociofilo, 2021.

MISKOLCI, Richard. **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais.** *Cronos: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, p. 9–22, 2011.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** 2012.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. **A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional.** *Cadernos Pagu*, p. 79–116, 2011.

